



POLÍCIA PORTUGUESA

V Série • N.º 1 e 2 • JANEIRO - AGOSTO 2022



INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A Polícia de Segurança Pública

já integra a rede de agentes da mítica estrada Nacional 2



Divisão de Chaves



Comando Distrital Vila Real



Divisão de Lamego



Comando Distrital Viseu

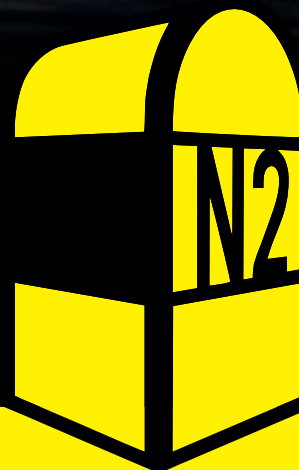


Esquadra de Abrantes



Comando Distrital de Faro

Ao longo dos 739 km e 35 concelhos que integram a Rota N2, vai encontrar o dístico de Agente Oficial nas nossas Esquadras, onde poderá carimbar o seu Passaporte com o Carimbo Oficial e registar a sua passagem



Diretor:

Superintendente-Chefe Constantino Ramos

Coordenadora:

Dra. Michele Soares

Corpo Editorial:

Chefe-Principal José Ferreira

Doutor Adolfo Cueto-Rodríguez (HTC | NOVA-FCSH e CEF-UC)

Paginação:

Dr. Francisco Rodrigues

Fotografia:

Agente Principal Paulo Fernandes

Agente Principal Pedro Valongo

Secretariado e Publicidade:

Assistente-Técnica Ana Vieira

Agente Lina Carvalho

Participaram neste número:

Agente Principal Maria Helena Vieira Stork (CDAVEIRO)

Agente Principal Lucília Correia (CD CASTELO BRANCO)

Superintendente Rui Moura (CD COIMBRA)

Agente Principal Sandra Panazete (CD FARO)

Comissário Artur Serafim (COMETLIS)

Chefe José Francisco Moreira (CD PORTALEGRE)

Agente Principal Ana Catarina Lascasas (COMETPOR)

Chefe Ducília Marques (CD VISEU)

Comissário Hugo Gonçalves (EPP)

Superintendente Dário Prates

Subintendente Lourenço Pimentel

Superintendente Rui Moura

Dra. Maria Gomes

Dra. Filipa Pereira

Propriedade da Direção Nacional da PSP

Largo da Penha de França, n.º 1

1170-298 Lisboa – PORTUGAL

Telefone: +351 218 111 071

Email: revista@psp.pt

Depósito Legal: 18331/88

Execução Gráfica e Impressão: Yellowmaster, S.A.

Isenta de Registo na ERC, ao abrigo do artigo 12.º, n.º 1, alínea b), do Decreto Regulamentar n.º 8/99, de 9 de junho.**Os conteúdos dos artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.**

SUMÁRIO

Editorial 02

Notícias

CD AVEIRO	03 a 19
CD CASTELO BRANCO	20 e 21
CD COIMBRA	22 e 23
CD FARO	24 e 25
CM LISBOA	26 a 38
CD PORTALEGRE	39
CM PORTO	40 a 46
CD VISEU	47
EPP Escola Prática de Polícia	48 e 49

Investigação Criminal

Investigação Criminal na PSP - Um Plano Estratégico de Consolidação e de Futuro	50
A Descentralização do Laboratório de Criminalística e Ciência Forense	56

Artigo

Projeto Phasing-Out	62
---------------------	----

História e Cultura

General Almeida Bruno	70
-----------------------	----



Editorial

A presente edição congratula-se por ser *media partner* do salão internacional da proteção, segurança e defesa – SEGUREX – a realizar nos próximos dias 11 a 13 de outubro de 2022 na FIL | Parque das Nações.

É uma Feira de referência e única em Portugal, com um posicionamento no mercado ibérico e CPLP e um forte envolvimento institucional – Ministério da Administração Interna e outros organismos oficiais, Câmara Municipal de Lisboa, bem como de entidades delas dependentes que intervêm na área da segurança como a Polícia de Segurança Pública.

A Revista Polícia Portuguesa completa este ano 85 anos de história. A revista é intrínseca à cultura organizacional e à História, já centenária, desta nobre Instituição, que é, em si mesma, história local, nacional e internacional como demonstram as notícias publicadas. Tal como referido em editoriais anteriores, a Nossa Revista é credora de um real enaltecimento por, desde logo, ser a mais antiga revista de cultura e informação das forças e serviços de segurança e militares portuguesas e por ter sido um veículo de informação e formação ao longo da sua vida.

A revista POLÍCIA PORTUGUESA assume-se como um importante repositório institucional, documentando o presente, sem olvidar o seu referencial identitário do passado e preservando a memória da Polícia de Segurança Pública, como podemos ver na rubrica história e cultura, projetando-se para o futuro.

Mantendo a sua missão originária e o seu grande objetivo – ser um órgão de informação, de promoção e difusão da cultura institucional e nacional, e de formação para Todo o dispositivo da PSP, bem como para a sociedade civil –, é uma Revista Institucional que procura contribuir para a identidade e espírito de corpo da PSP.

As notícias que agora trazemos à estampa são o contributo de relatos de ideias, vidas, projetos e ações num determinado tempo, espaço e contexto, recordando a importância de um passado, na continuação de um presente dinâmico e na projeção de um futuro cada vez mais indeterminado. As notícias são indicadoras de todo o excelente trabalho e preocupação de cada um dos agentes, chefes e oficiais, bem como elementos sem funções policiais que procuram prestar um serviço Público de Excelência, Humano e de Integridade, assegurando que a liberdade e a segurança se mantenham como valores essenciais à vida harmoniosa da nossa sociedade.

O texto do tema principal – Investigação Criminal – do Superintendente Dário Prates e do Subintendente Lourenço Pimentel do Departamento de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública elucidam-nos sobre a experiência e história de delegação de competências nesta área fulcral que, baseando-se numa componente técnica e na prova científica consubstanciadas no Laboratório de Criminalística e Ciência Forense, continua próxima do cidadão e das comunidades, constituindo-se um pilar importante na atividade da PSP, em combinação e harmonia com outras valências, determinantes para a proteção da vítima e para um País mais justo e seguro.

A Polícia de Segurança Pública é feita de pessoas humanas, cuja vida pessoal após a prestação de serviço à sociedade impõe um contínuo olhar e acompanhamento por parte da instituição, como se pode ver e ler no texto sobre o Projeto Phasing-out do Superintendente Rui Moura e das Psicólogas Maria de Fátima Gomes e Filipa Pereira.

Esta nossa revista cultiva o labor diário de todos os integrantes desta Polícia ao serviço dos valores regentes de uma sociedade democrática, como é a portuguesa, que tem como pedra angular a dignidade da pessoa humana.

Constantino José Mendes de Azevedo Ramos
Superintendente-Chefe

Uma Flor para uma Flor!

Um dos objetivos do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP), da Polícia de Segurança Pública, é a constante melhoria da integração da Polícia no meio social, a promoção da cidadania e o potenciar de siner-

gias, junto da comunidade local, focalizando a atenção nos grupos de risco, nomeadamente, os idosos.

Em Ovar, existem cerca de 80 idosos, que são acompanhados por polícias ao serviço deste Programa, através de visitas periódicas, existindo uma boa relação entre ambos. Alguns idosos têm por amigo mais próximo unicamente o polícia, sendo aquele que lhes liga e que os visita.

Desde janeiro do corrente ano, o Comando Distrital de Aveiro, através da Esquadra de Ovar, tem dado ênfase a esta relação, através da entrega de uma flor a cada idoso, no dia do seu aniversário, contando, para tal, com o apoio de cinco floristas locais, neste gesto simbólico e solidário.

Com estas ações pretende-se proporcionar momentos felizes na vida de cada um destes cidadãos vulneráveis e, simultaneamente, aumentar a consciência pública para a necessidade de proteger as pessoas de idade mais avançada, especialmente aquelas que vivem mais isoladas.



Prevenindo a Discriminação

De 17 a 28 de janeiro de 2022, no âmbito da Operação “Sim à Diferença”, de carácter nacional, as ações de sensibilização levadas a efeito pelo MIPP foram direcionadas para os jovens do ensino básico (2.º e 3.º ciclo), bem como do ensino secundário, na tentativa de se contribuir para um maior conhecimento, nestas idades, de todas as formas de discriminação, diferenças de género, entre raças, etnias, culturas e religiões, promovendo o respeito universal pela diferença, pela justiça e pelos direitos humanos.

No âmbito do Dia Mundial da Consciencialização do Autismo, o MIPP, no dia 1 de abril de 2022, acompanhou uma caminhada realizada por alunos e professores da comunidade

escolar de Ovar, nomeadamente, da Escola Básica de São Donato, da Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Ovar (CERCIVAR) e, ainda, elementos da Associação de Pais da Escola Básica de São Donato. A referida caminhada pretendeu ajudar a consciencializar a população sobre o autismo, de forma a minimizar preconceitos sobre a doença e esclarecer a sociedade, reforçando a importância da integração dos cidadãos com esta patologia na sociedade. A presença da PSP na iniciativa, para além de ter conferido segurança durante o trajeto das crianças, sobretudo aquando do atravessamento da via pública, reforçou o sentimento de confiança daquelas crianças em relação à Polícia.





Utilização da Internet de Forma Segura

No dia 9 de fevereiro de 2022, no âmbito da Operação “Internet Mais Segura”, o MIPP realizou várias ações de sensibilização direcionadas para os jovens do ensino básico e do ensino secundário, com o intuito de contribuir para o conhecimento de que a Internet, não obstante todas as vantagens que proporciona, é, inegavelmente, um veículo de enormes riscos.

Prevenindo os Maus-Tratos, o

No dia 18 de fevereiro de 2022, no âmbito da Operação “No Namoro Não Há Guerra”, as Equipas do Programa “Escola Segura” realizaram várias ações de sensibilização direcionadas para os jovens do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, com o intuito de prevenir a violência no namoro e a violência doméstica, uma vez que a violência no namoro praticada entre os jovens assume, tal como nos adultos, as vertentes física, emocional, social, sexual e financeira, sendo percecionada pelos mesmos como um comportamento aceitável, podendo muitas vezes ser

interpretado como uma forma de demonstração de interesse acrescido entre si.

Assim, estas ações contribuíram para um melhor conhecimento sobre esta temática e um consequente esclarecimento de dúvidas. Na área de jurisdição da Esquadra de Ovar, as ações de sensibilização foram desenvolvidas em colaboração com o Projeto CLDS-4G-Ovar.



No dia 21 de abril de 2022, a assinalar o “Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância”, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Aveiro levou a palco a peça de teatro infantil “O Terrível Bando de Piratas”, da autoria da Educadora Mafalda Norte, no Centro de Congressos de Aveiro, a qual abordava a problemática do *bullying*. Alguns polícias afetos ao MIPP participaram na peça de teatro.

Bullying e outras Formas de Violência



No dia 18 de junho de 2022, a Agente Coordenador Helena Graça, ao serviço do MIPP, efetuou uma ação de sensibilização junto de 10 crianças e 8 adultos, da Associação "Sonhos em Rede", a fim de falar sobre alguns temas como maus-tratos na infância, *bullying* em contexto escolar, prevenção rodoviária e comportamentos de risco.

A boneca "Valentina - a menina dos olhos azuis" marcou presença na referida ação, fazendo com que miúdos e graúdos se sentissem à vontade para

partilhar experiências, ideias, sentimentos, brincadeira e rotinas, respeitantes à segurança do dia a dia de cada um, designadamente quanto aos temas referidos.



O evento contou com a colaboração da Casa Vera Cruz e com o apoio da Câmara Municipal de Aveiro, do Canal Central e da Escola Profissional de Aveiro. A mascote da PSP, FALCO, associou-se ao evento, aproveitando para entreter as cerca de 600 crianças, de idades compreendidas entre os 3 e os 11 anos, e transmitir-lhes alguns conselhos de segurança.





Na Prevenção e Combate às Dependências

Prevenir, dissuadir e reduzir os comportamentos aditivos e, consequentemente, os problemas resultantes do consumo de substâncias psicoativas, através de uma intervenção integrada, baseada em mecanismos de prevenção, tratamento e reinserção, é também um dos objetivos da Polícia Segurança Pública.

No dia 29 de abril de 2022, os polícias do MIPP, em Ovar, no âmbito da Operação “Vive na Real! - Não na Dependência”, levaram a efeito várias ações de sensibilização junto da comunidade escolar daquele con-

celho, com o objetivo de alertar os jovens para o perigo das dependências, nomeadamente, álcool, drogas, redes sociais e videojogos (esta última, incluída no “Manual de Classificação Internacional de Doenças”, pela Organização Mundial de Saúde - OMS, em 2018).

Na Escola Secundária Júlio Dinis e na Escola Secundária José Macedo Fragateiro as ações tiveram a colaboração do Projeto “Abispa-te” do Centro Comunitário de Esmoriz.

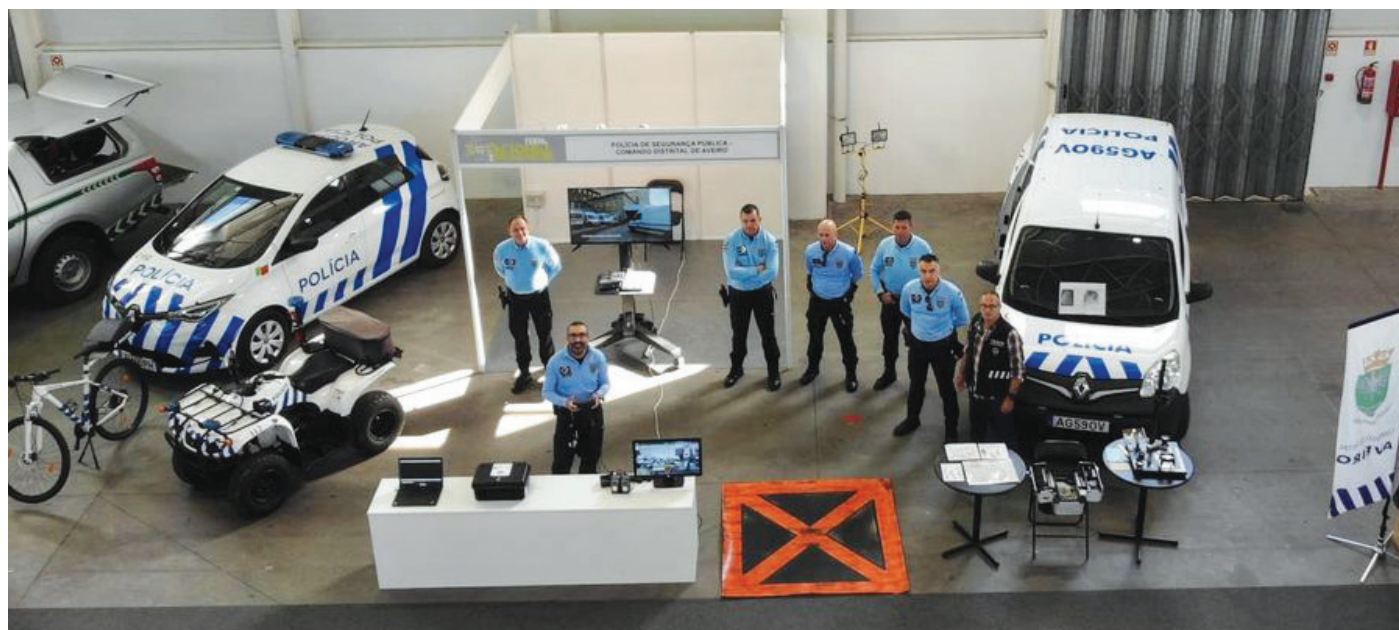
Aliando a Segurança à Redução da Pegada Ecológica

Em Espinho e Ovar, no dia 19 de maio de 2022, equipas do MIPP, estiveram presentes em duas caminhadas efetuadas por alunos e professores, do Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira e do Externato São Miguel, do pré-escolar e do 1.º ciclo, no âmbito do Dia Escola Azul - Corrente do Oceano 2022, o qual pretendeu promover a literacia do Oceano na comunidade escolar, a fim de criar gerações mais responsáveis e participativas, que contribuam para a sustentabilidade do Oceano.

No dia 3 de julho de 2022, o MIPP esteve presente na primeira edição do “Domingo Verde”, de 2022, realizada em São João da Madeira – uma iniciativa da Câmara Municipal daquele concelho, que pretendeu sensibilizar a população para a necessidade de mudança de comportamentos, em relação à mobilidade urbana, nomeadamente, ao uso excessivo do automóvel. Os polícias aproveitaram a ação para também transmitir conselhos sobre prevenção rodoviária e segurança infantil, tendo utilizado, para o efeito, uma pista de educação rodoviária.

No dia seguinte, em mais uma colaboração com o “Piratas da Ria Kids”, o MIPP, em Aveiro, ministrou uma palestra sobre segurança rodoviária a um grupo de crianças, dos 8 aos 12 anos. Uma vez que o grupo utilizava velocípedes como meio de transporte, foram abordados alguns tópicos pertinentes, nomeadamente, a importância do uso de colete ou roupas claras e refletoras, do uso de acessórios indispensáveis (luzes, refletores e campainha), do uso de capacete e de outro material protetor (luvas, joelheiras e cotoveleiras) e o respeito pela sinalização e pelas regras do Código da Estrada, na estrada e em ciclovias.





Carreiras da PSP em Feiras de Profissões

As feiras de profissões são excelentes eventos para auxiliar os jovens na escolha de uma futura profissão, que passe ou não pela frequência de um curso superior.

A convite de municípios e de vários outros parceiros, a Polícia de Segurança Pública é, geralmente, chamada a estar presente nestes eventos, em que se constituem grandes aliados para a instituição, quando chega a época de recrutamento, pois são divulgadas as diferentes carreiras existentes. Sempre que possível, estas presenças são acompanhadas de uma exposição de meios, a fim de tornar a nossa participação mais interessante.

De abril a junho de 2022, o MIPP participou em várias feiras de profissões, nomeada-

mente, na Feira Vocacional e de Emprego - Município de Ílhavo - 2022, que se realizou na Casa da Cultura de Ílhavo; na Feira de Profissionais - Município de Águeda - 2022; na Feira Vocacional e Profissional 2022, que decorreu no Parque de Exposições de Aveiro, sob o lema "À descoberta da minha vocação..."; e na Feira das Profissões, realizada pelo Agrupamento de Escolas de Valongo do Vouga, em Águeda.

Foram distribuídos folhetos com informação sobre as provas de acesso necessárias para o ingresso na profissão, via Escola Prática de Polícia (EPP) e Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI).

Prevenção da Criminalidade e da Prática de Ilícitos

I - Zonas de Diversão Noturna

Entre março e junho de 2022, o Comando Distrital de Aveiro, com vista a incrementar o sentimento de segurança dos cidadãos nas zonas de maior concentração de pessoas para diversão noturna, levou a efeito várias ações de fiscalização a estabelecimentos de restauração e bebidas, na sua área de jurisdição: (Aveiro, Espinho, São João da Madeira, Ovar e Santa Maria da Feira). Algumas ações contaram com

a participação da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), tendo verificado um total de 51 infrações, destacando-se: falta de afixação da indicação de permanência de animais; falta de licença Pass-Música e de licença SPA; posse de extintores com os prazos de manutenção ultrapassados ou sem suporte próprio; falta de dístico de indicação de zona de fumadores e de não fumadores; permissão de fumar no interior do estabelecimento; falta de afixação de dístico a informar da existência de sistema de videovigilância; falta de Livro de Reclamações; comando da máquina de tabaco acessível aos clientes; violação de normas de higiene; falta de aviso de proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos; imagens de videovigilância visíveis para os clientes; falta de sinalética de "Exterior" e por existência de câmara a filmar a via pública. Foram ainda fiscalizados 6 vigilantes e recolhidas 4 folhas de um Livro de Reclamações, por não terem sido remetidas à entidade competente. Num dos estabelecimentos, foram ainda detetados 4 pintassilgos - uma espécie protegida e de captura proibida -, tendo, por isso, sido apreendidos e entregues ao Parque Biológico de Gaia.



II - Proteção do Ambiente

As grandes catástrofes ambientais têm vindo a alterar, de forma substancial, o modo de vida das populações e as suas expetativas, relativamente ao futuro. Ao mesmo tempo, sob forte influência da ação humana, essencialmente devido à emissão de gases com efeito estufa, as alterações climáticas, assim como a poluição, têm-se intensificado, provocando fortes impactos nos ecossistemas e resultando na extinção de inúmeras espécies de animais. A agravar este cenário, a atuação de várias redes organizadas de tráfico de animais, de colecionadores e de algumas pessoas que agem de forma isolada têm vindo a aumentar ainda mais esse risco de extinção. Simultaneamente, tem sido registado um decréscimo na qualidade e na quantidade de água disponível para consumo humano.

Para fazer face a estas problemáticas, a Polícia de Segurança Pública tem levado a efeito ações de sensibilização e de fiscalização, através, sobretudo, das Brigadas de Proteção Ambiental (BriPA).

Assim, de 19 a 22 de abril de 2022 (Dia Internacional da Terra), no âmbito da Operação de Proteção e Preservação do Ambiente “Planeta Azul”, o Comando Distrital de Aveiro realizou várias ações de fiscalização, em oficinas do ramo au-



tomóvel e em lojas de venda de animais, situadas na sua área de jurisdição (Aveiro, Espinho, São João da Madeira, Ovar e Santa Maria da Feira). Foram detetadas algumas infrações, como por exemplo, a falta de seguro ou de garantia financeira de responsabilidade ambiental e a existência de extintores com prazo de validade ou manutenção ultrapassada.

No período compreendido entre o dia 30 de maio e o dia 3 de junho de 2022, a Polícia de Segurança Pública promoveu a Operação Policial “Atlântico Azul”,

tendo como missão assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à proteção do ambiente, bem como prevenir e investigar os respetivos ilícitos.

Neste âmbito, o Comando Distrital de Aveiro efetuou diversas ações de fiscalização das normas legais aplicáveis às espécies protegidas e à regulamentação das pescas. Destacou-se a inexistência de irregularidades nos estabelecimentos fiscalizados.

POST-IT PSP

Com o intuito de chegar mais longe no serviço prestado ao público, abrangendo cada vez mais cidadãos, para que conheçam ou relembrem regras de conduta que levem à tomada de atitudes positivas, e sobretudo preventivas da prática de ilícitos, o Comando Distrital de Aveiro deu início a mais uma estratégia que alerta para questões de segurança e comportamentos de risco.

O "POST-IT PSP" pretende levar aos cidadãos, de uma forma concisa e objetiva, informação útil e credível, tendo passado a ser publicado, frequentemente, na página de Facebook do Comando.

Sob o lema "Que mais podemos fazer por si?", na mensagem publicada inicialmente, os cidadãos foram convidados a participar na iniciativa, através do envio de sugestões de assuntos que gostassem de ver esclarecidos.

A Polícia de Segurança Pública, pela relação de proximidade que continua a desenvolver para com os cidadãos, é, sem dúvida, "Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão".



Não atre beutas para o chão!

Cuide do meio ambiente, colocando os resíduos de tabaco num cinzeiro.

- Atirar beutas para o chão é punível com coima de 25€ a 200€.
- A não disponibilização de cinzeiros é punível com coima de 250€ a 1500€.

Lei 88/2019, de 3 de setembro
"Lei das Beutas"

POLÍCIA
SEGURANÇA PÚBLICA



DENUNCIE
Quer seja vítima, testemunha, familiar ou vizinho

A **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA** é definida como qualquer conduta ou omissão que **inflija sofrimentos** físicos ou psicológicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa do agregado familiar ou que, não habitando, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, ascendente ou descendente.

Se é ou conhece alguém vítima de violência doméstica, **DENUNCIE!**

As polícias das Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima, em espaços apropriados, garantem:

- o atendimento;
- o acompanhamento;
- e o encaminhamento das vítimas.

violenciadomestica@psp.pt

POLÍCIA
SEGURANÇA PÚBLICA

Regras de identificação dos animais de companhia
(Decreto-Lei n.º 82/2019, de 27 de junho)



- Marcação (microchip);
- Registo no Sistema de Informação de Animais de Companhia (SIAC);
- Licenciamento.

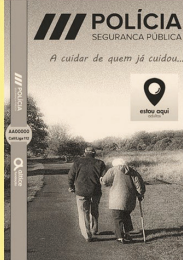


POLÍCIA
SEGURANÇA PÚBLICA

A importância de cuidar de quem já cuidou...

Programa Apoio 65 - Idosos em Segurança:

- ✓ Implementação do modelo de ação policial ajustado às necessidades e características específicas da população idosa;
- ✓ Divulgação de conselhos de segurança junto da população idosa, a fim de ajudar a prevenir e a evitar situações de risco.



POLÍCIA
SEGURANÇA PÚBLICA

INSPEÇÃO AUTOMÓVEL

Já agendou?

As inspeções podem ser para:

- Aprovar o modelo ou atribuir matrícula;
- Aprovar alteração de características construtivas ou funcionais;
- Verificar características e condições de segurança;
- Verificar características construtivas ou funcionais do veículo, após reparação devida a acidente;
- Controlar, na via pública, as respetivas condições de manutenção.



POLÍCIA
SEGURANÇA PÚBLICA



Artigo 24.º do Regulamento Geral do Ruído
(Decreto-Lei n.º 9/2007, de 27 de janeiro)

- Sempre que o ruído for produzido no **período noturno** (das 23h às 7h), as autoridades ordenam ao produtor de ruído a adoção das medidas adequadas para **fazer cessar, de imediato, o ruído produzido**;
- Se o ruído ocorrer no **período diurno** (das 7h às 23h), as autoridades notificam o produtor de ruído para, **em prazo determinado, fazer cessar a incomodidade**.

A minha Coleção de Miniaturas de Carros de Polícia

Quando, em 1998, o Agente Principal Alexandre Rocha, do efetivo do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP), do Comando Distrital de Aveiro, foi ao sótão da casa dos pais...

"Em 1998, quando, numa tarde, decidi ir ao sótão da casa dos meus pais, encontrei uma velha caixa cheia de brinquedos e miniaturas que estava ali guardada desde a minha infância. Algumas dessas miniaturas eram carrinhos de polícia e representavam o meu sonho de criança, o qual, alguns anos depois, mais propriamente em dezembro de 2000, felizmente, se concretizou, quando ingressei na profissão.

A partir daí, comecei a adquirir miniaturas de carros de polícia, em estabelecimentos comerciais e feiras, nomeadamente, a Feira da Ladra, em Lisboa, e outras feiras de velharias, bem como em exposições de antiguidades, como por exemplo, a "Automobilia", em Aveiro. Procurava estes artigos também em plataformas digitais de compra e venda on-line e em grupos privados de colecionadores, no Facebook.

Algumas das miniaturas são réplicas de modelos que existiram, ou que ainda existem, na

frota da PSP. Hoje, o "bichinho" do colecionismo ainda não parou de crescer..."

Alexandre Rocha
Agente Principal

Assim, o Comando Distrital de Aveiro, com a colaboração do Agente Principal Rocha preparou uma exposição, que ficou patente ao público desde maio de 2022, no *hall* da Sede do Comando, para entreter os mais novos, em tempo de férias, e outros tantos amantes de miniaturas de carros.

As crianças, que vinham ao Comando acompanhadas pelos pais para receberem as pulseiras do "Programa ESTOU

AQUI!®, ficavam "vidradas" na vitrina, a decidir qual dos carrinhos os pais lhes deviam oferecer... alguns adultos, contemplavam os brinquedos com nostalgia, recriando no imaginário a magia de poder ser "eternamente criança"!

A exposição, que era apenas uma pequena parte da coleção que o Agente Principal Rocha possui e que teve a amabilidade de partilhar com todos, mostrava a evolução das viaturas policiais e a imagem que a Polícia de Segurança Pública foi adotando, ao longo do tempo, na caracterização das suas viaturas.





46.ª Edição da Feira do Livro de Aveiro

A Polícia de Segurança Pública, pela primeira vez, esteve presente na Feira do Livro de Aveiro, por cortesia da Câmara Municipal.

Esta 46.ª Edição realizou-se na área envolvente ao Edifício ATLAS, na Praça da República, de 20 de maio a 5 de junho de 2022.

Na inauguração, agendada para as 15H30, do dia 20 de maio de 2022, para além do Presidente da Autarquia, Ribau Esteves, estiveram presentes várias entidades, bem como a Comandante do Comando Distrital de Aveiro.

O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (IS-CPSI) e os Serviços Sociais da PSP (SS/PSP) disponibilizaram

várias obras do seu vasto espólio (publicações de coleção científica, Revista Politeia e estudos de homenagem e comemorativos), tendo, assim, por um lado, dado a conhecer o seu trabalho na comunidade Aveirense.

O evento foi um sucesso.

Comemorações do Dia Mundial da Criança

Considerando o Dia Mundial da Criança, celebrado a 01 de junho, o Comando Distrital de Aveiro levou a efeito um evento de grande envergadura, no dia 3 de junho de 2022, das 09H00 às 12H30, em Santa Maria da Feira, no parque relvado junto às piscinas municipais, através de várias atividades lúdico-pedagógicas para crianças do ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, do concelho de Santa Maria da Feira.

A pandemia originada pela COVID-19 trouxe, sem dúvida, novos desafios à sociedade e às famílias, com possíveis repercussões no comportamento e no desenvolvimento infantil. A permanência em casa, a limitação das atividades ao ar livre e, conseqüentemente, a interrupção do convívio das crianças entre si e com a comunidade escolar obrigaram as crianças a ajustar-se, de forma abrupta, a novas realidades, capazes de condicionar, negativamente, o seu desenvolvimento social, cognitivo e emocional, pois é sabido que o contacto físico e a socialização são fundamentais para o bem-estar de todo o ser humano.

Na tentativa de ajudar a minimizar o impacto da pandemia no desenvolvimento das crianças, o Comando celebrou o dia em ambiente de brincadeira ao ar livre, fazendo jus ao lema "O Polícia é Teu Amigo", pois já se experienciava um alívio na situação pandémica.

As crianças expressaram a sua criatividade e simpatia pela Polícia, através de desenhos, que foram afixados nos troncos das árvores, a fim de serem exibidos.

O plano de atividades contemplou a presença da Banda Sinfónica da Polícia de Segurança Pública, para a realização de um concerto, com um vasto repertório musical infantil, bem como a presença da mascote FALCO a animar e a distribuir conselhos aos mais pequenos. Adicionalmente, o Grupo Operacional Cinotécnico (GOC/UEP) realizou uma exibição com os cães, captando a atenção total do público, o qual também assistiu às demonstrações de meios policiais (viaturas), técnicos (drones) e de técnicas forenses.

A iniciativa, que recebeu mais de 700 crianças, teve o apoio da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a colaboração dos Serviços Sociais da PSP, bem como de alguns parceiros que se disponibilizaram a providenciar alguns brindes para entregar às crianças.

O evento resultou numa manhã repleta de informação e de diversão, a qual foi espelhada pelos Órgãos de Comunicação Social (TVs, jornais e rádios locais), num registo bastante positivo.

De igual forma, a assinalar o Dia Mundial da Criança, o Município de Espinho, no dia 9 de junho de 2022, também proporcionou às crianças daquele concelho (entre os 3 e os 10 anos) um conjunto de atividades lúdico-pedagógicas.

O Comando Distrital de Aveiro, através da Divisão Policial de Espinho, colaborou neste evento, com a presença interativa dos polícias afetos ao Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, os quais, em brincadeira salutar, transmitiram às crianças regras de segurança rodoviária, numa intervenção promotora de uma cultura de segurança e de civismo.





“Comissarias Europeias” pela primeira vez, em Aveiro

Na sequência da cooperação estabelecida na União Europeia, precedida de regulamentação comunitária, a Polícia de Segurança Pública estabeleceu com Espanha, França e Itália, protocolos de colaboração que envolvem patrulhamentos conjuntos entre polícias portuguesas e polícias daqueles países, vindos da “Policía Nacional” (Espanha), “Police Nationale” (França) e “Polizia di Stato” (Itália).

Estes policiamentos conjuntos visam facilitar o contacto entre os polícias portugueses e os muitos cidadãos espanhóis, franceses e italianos que visitam Portugal, auxiliando, assim, no cumprimento da missão da PSP. De igual forma, estas parcerias permitem que os polícias da PSP se desloquem aos referidos países, com a missão de apoiar as forças de

segurança locais nas suas missões, bem como permitem que os cidadãos portugueses, no estrangeiro, tenham maior apoio e acompanhamento policial.

Neste âmbito, a cidade de Aveiro recebeu no dia 4 de agosto de 2022, pela primeira vez, dois polícias da “Policía Nacional”, os quais ficaram entre nós até 11 de agosto de 2022.

Quase de seguida, e à semelhança do policiamento conjunto referido, a cidade de Aveiro voltou a ver o seu policiamento reforçado, de 13 a 20 de agosto de 2022, desta vez, pela “Police Nationale” (França), tendo chegado ao Comando um polícia daquele efetivo.

Estes polícias estrangeiros, numa ação conjunta com polícias do Comando Distrital de Aveiro, assumiram o reforço

do policiamento nas zonas de maior concentração de turistas, proporcionando, assim, um ainda maior sentimento de segurança, sobretudo aos cidadãos de nacionalidade espanhola e francesa que estavam de visita à cidade, em elevada afluência.

A satisfação dos turistas estrangeiros ao ver polícias da sua nacionalidade em policiamento na cidade de Aveiro ficou registada nas entrevistas efetuadas pelo Núcleo de Imprensa e Relações Públicas do Comando, com o apoio da Equipa de Meios Técnicos, acessíveis num pequeno vídeo publicado no dia 25 de agosto de 2022, no Facebook da PSPAveiro.



“Viagem Medieval” Policimento apoiado por Drones da PSP

O drone, operado pela EMT deste Comando, sobrevoou os céus da “Viagem Medieval”, de 03 a 14 de agosto de 2022, na cidade de Santa Maria da Feira, com o intuito de garantir a segurança de todos os visitantes e demais participantes.

Levado a planar em zonas de maior afluência de pessoas, tornou-se num excelente aliado na prevenção da criminalidade e demais ilícitos, bem como nas tomadas de decisão dos comandantes dos meios no terreno (trânsito, patrulhamento e ordem pública).

A equipa apoiou o “Posto de Comando Operacional” do evento, constituído por um polícia da PSP, um bombeiro da Associa-

ção Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira, um elemento da Proteção Civil Municipal, um elemento da Segurança Privada contratada para o evento e um elemento da Organização (empresa municipal “Feira Viva, EM”).

A “Viagem Medieval em Terra de Santa Maria”, sendo a maior recriação medieval da Península Ibérica e uma das maiores da Europa, nesta sua 25.ª Edição, ultrapassou os 700 mil visitantes.

O Comando Distrital de Aveiro, através de um policiamento visível, proativo e, por vezes, reativo, apoiado pelo uso do Veículos Aéreos Não Tripulados, conseguiu garantir a segurança pública, durante todo o evento.

“Patrulha na Floresta”

No dia 11 de agosto de 2022, o Comando Distrital de Aveiro, através de uma equipa das Brigadas de Proteção Ambiental (BriPA), da Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial (EIFP), em colaboração com a Associação dos Escoteiros de Portugal, Grupo 249 Aveiro, desenvolveu uma ação de sensibilização, no âmbito do Projeto “Patrulha na Floresta 2022”, realizado por aquela Associação, em parceria com o CASCI IPSS, IPDJ de Aveiro, com o apoio da Proteção Civil de Aveiro, Quercus de Aveiro, Bombeiros de Ílhavo e Juntas de Freguesia das áreas envolvidas.

Assistiram à palestra 7 jovens, de idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, tendo sido

esclarecidos sobre os preceitos legais subjacentes à prevenção dos fogos rurais e florestais, tendo em conta as medidas impostas pela legislação em vigor sobre proibição de acesso, circulação e permanência no interior dos espaços florestais. Os jovens voluntários que faziam parte deste Projeto iam sensibilizando a população, visando possíveis mudanças de comportamentos, bem como tentando localizar materiais/situações potenciadoras de incêndios florestais, ao longo de percursos pedonais e cicláveis predefinidos, e, ainda, tentando localizar eventuais ameaças à biodiversidade, a fim de as reportar às entidades competentes.



Acção de Formação à Comunidade

A PSP de Castelo Branco ministrou ontem o 3.º Curso de Formação de Detentores de Cães Perigosos e Potencialmente Perigosos, de forma a proporcionar aos seus detentores a formação específica para obtenção da licença de detenção prevista na Lei n.º 46/2013, de 4 de julho, que define o regime jurídico da detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia. A Portaria n.º 422/2004, de 24 de abril, determina quais as raças de cães que se consideram ser potencialmente perigosas,



isto é, podem vir a ser perigosas, ainda que, na prática, se revelem extremamente dóceis.

Este facto não impede o cumprimento da obrigação legal de

formação dos seus detentores, direcionada à segurança dos seus animais de companhia.

Simulacro Operacional Dinamizado pela PSP

No dia 13 de abril de 2022 na Escola Superior de Tecnologia (ES-TCB) do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) decorreu um exercício tático – simulacro policial de grande envergadura, dinamizado pelo Comando Distrital da PSP.

Perante o alerta de um cenário com um atacante ativo na ES-TCB com reféns, a situação desenvolveu um incidente tático policial no âmbito deste exercício, com o objetivo de testar a capacidade de resposta imediata dos meios do Comando Distrital e a ativação do protocolo de atuação, fase em que se envolveram outros meios policiais, nomeadamente da Unidade Especial de Polícia (UEP), subu-

nidades operacionais do Comando Distrital da PSP outros departamentos da Direção Nacional da PSP e de emergência e socorro – Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) de Castelo Branco, Coimbra e Lisboa, os Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, o Comando Distrital de Operações e Socorro da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e o Serviço Municipal de Proteção Civil. Já da sociedade civil, estiveram envolvidos professores e outros funcionários da ES-TCB, bem como algumas dezenas de estudantes e comunidade escolar várias escolas do IPCB.

Na semana anterior, houve um momento de formação, dirigido a professores e funcionários

do IPCB, sobre temáticas relacionadas com a segurança, no sentido de preparar de algum modo a comunidade académica para o exercício.





Frontex

A Polícia de Segurança Pública foi, mais uma vez, convidada pela Frontex, the European Border and Coast Guard Agency a disponibilizar Polícias para formadores do pessoal a integrar nesta Agência da União Europeia.

O mais recente Extended Basic Training Programme (EBTP) for the European Border and Coast Guard Standing Corps decorreu na Escola Nacional de Polícia, em Ávila, Espanha. Integrou cerca de 180 formandos e várias dezenas de formadores de diversos países europeus, dos quais 4 Polícias da PSP: Comissário Carlos Lapinha da Direção Nacional, Chefe Sérgio Guedelha do Comando Distrital de Castelo Branco, Chefe Rui Costa do Comando Metropolitano do Porto e Agente Principal Frederico Madeira do Comando Regional dos Açores, que intervieram no Módulo 6 – Prevention, detection and combating cross-border crime.

As formações ministradas pela Frontex têm contado com a participação de Polícias da PSP no corpo de formadores desde as primeiras edições. Atualmente, a Frontex conta com outros Polícias da PSP, da Unidade Especial de Polícia/Corpo de Intervenção, como formadores em Ávila.

A PSP colabora com a Frontex com grande frequência em diversos âmbitos de formação, entre outros, cinotecnia, ordem pública/gestão de multidões, deteção de armas e explosivos, técnicas de investigação criminal e defesa pessoal.

Criada em 2004, a Frontex tem como objetivo ajudar os Estados-Membros da UE e os países que pertencem ao Espaço Schengen a proteger as fronteiras externas da zona de livre circulação.

Protocolo com a Universidade de Coimbra no 144º Aniversário do Comando

No dia 03 de maio de 2022, no Centro de Artes e Espetáculos na Figueira da Foz, teve lugar a cerimónia alusiva ao 144º aniversário do Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Coimbra, presidida pelo Exmo. Senhor Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, Superintendente-Chefe Manuel Augusto Magina da Silva, e, teve como convidados Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Dr. Pedro Santana Lopes e o Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra Professor Doutor Amílcar Celta Falcão Ramos Ferreira.

Para assinalar a efeméride, o Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública de Coimbra, Superintendente Rui Filipe Resende Melo Coelho de Moura, prestigiou e agraciou os polícias que foram distinguidos pelo seu desempenho profissional com: Medalhas de Assiduidade de 3 Estrelas, 2 Estrelas e 1 Estrela; Medalhas de Comportamento Exemplar, Medalha de Ouro, Medalha de Prata e Medalha de Cobre; Louvor de Serviços Distintos e Louvores de Mérito; e a atribuição do Prémio Adelino António das Neves e Melo.





Ocorreu também a assinatura de um protocolo de colaboração entre a Universidade de Coimbra e a Polícia de Segurança Pública. Considerando que a UC é um importante centro de produção, divulgação e transferências do saber, possuindo valências, conhecimentos e experiência no desenvolvimento, valorização e transferência de conhecimento científico, tecnológico e cultural, a PSP e a Universidade de Coimbra reconhecem existir um interesse recíproco de aproximação e colaboração.

Assim, serão estabelecidos modos recíprocos de colaboração para o desenvolvimento de atividades conjuntas em diferentes domínios e através de projetos específicos dentro de uma lógica de parceria, destacando-se a submissão conjunta de candi-

daturas a programas de financiamento da União Europeia ou outros; Atividades de inovação e transferências do saber; Atividades científicas; Atividades de formação; e outras atividades académicas.

Eventos

No dia 14 de fevereiro de 2022, o programa Escola Segura realizou a ação de sensibilização “No namoro não há guerra” nas escolas da região.



No dia 10 de março de 2022 foi apresentada a peça de teatro “ID, A TUA MARCA NA NET”, em parceria com a Fundação Altice Portugal. Este evento, que decorreu no auditório da Escola Secundária João de Deus, em Faro, teve como público-alvo os alunos do ensino básico. O principal objetivo desta peça foi ensinar os estudantes a comunicar em segurança e alertar para os perigos da net.

No dia 15 de março de 2022 decorreu, na Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão, a Palestra ao contrário: Álcool, tabaco e drogas? Esquece!

Os alunos é que assumiram o papel de palestrantes e convidaram agentes da Escola Segura para participarem.





No Dia 5 de abril de 2022, a PSP de Portimão visitou o Pré-escolar de Misericórdia de Portimão com o projeto “Eu faço como diz o FALCO” (segurança rodoviária).

No dia 13 de abril de 2022, a equipa de proximidade e apoio à vítima da Esquadra de Olhão, no âmbito da operação “Polícia Sempre Presente – Páscoa e Segurança 2022”, realizou uma ação de sensibilização para o público idoso no Centro Comunitário da Cruz Vermelha Portuguesa de Olhão.



A PSP de Faro, nos dias 8, 9 e 10 de junho de 2022, esteve presente na XXIV Feira de Caça, Pesca, Turismo e Natureza, que se realizou na Marina de Albufeira. No evento, os visitantes puderam tratar de diversos assuntos relacionados com armas de fogo e foram fiscalizadas todas as armas e armeiros.

Prevenção da Criminalidade através de Medidas de Autoproteção

No âmbito do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, as Equipas de Proximidade e Apoio à Vitima da 22ª Esquadra em parceria com representantes da Junta de Freguesia de Santo António, com vista a incrementar o sentimento de segurança da população promoveram a criação e distribuição de autocolantes junto de comerciantes e residentes. Assim pretende-se a aumentar a prevenção da criminalidade através de medidas de autoproteção, no-

meadamente o fecho da porta de residências, prédios, estabelecimentos que inviabilizem a entrada facilitada de indivíduos suspeitos/estranhos.





Novas alterações ao quadro legal da Violência Doméstica

O Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública, através da 2.ª Divisão Policial de Lisboa, nos dias 26 de janeiro e 02 de fevereiro de 2022 desenvolveu, em estreita colaboração com o Núcleo de Operações do COMETLIS, duas acções de formação relacionadas com a temática da Violência Doméstica, tendo como mote e ponto de partida as novas alterações no seu quadro legal.

Esta sessão teve como objetivos principais, entre outros: o reforço de mecanismos e automatismos de trabalho; alteração de procedimentos e esclarecimento de dúvidas.

Na acção em referência participaram quase 100 Polícias oriundos das Divisões Integradas do Comando Metropolitano de Lisboa e da Divisão de Investiga-

ção Criminal, que lidam diariamente com esta temática, e que têm a seu cargo a hercúlea e gratificante tarefa de realizar e assegurar o atendimento especializado de vítimas de violência doméstica, o seu acompanhamento durante o processo e a investigação destes crimes.

Esta acção contou com a prestígio colaboração da Secção Especializada Integrada de Violência Doméstica (SEIVD) de Lisboa, com a presença da Digna Procuradora da República Dra. Ana Filipa Cruz, ex -Coordenadora da SEIVD de Sintra, e ainda a da Sra. Chefe Principal Anabela Gonçalves, Coordenadora da Violência Doméstica na Esquadra de Investigação Criminal de Sintra desta Polícia, que, com elevada competência e sentido prático, prestaram-se a partilhar importantes ensinamentos

e a esclarecer, com elevada propriedade, todas as dúvidas colocadas pelos participantes.

Contámos igualmente, e mais uma vez, com a colaboração extraordinária do VIP Executive Art's Hotel, que nos cedeu o espaço para esta formação, de forma a garantir a existência de um maior número de formandos e garantir de igual modo, as condições de segurança e higienossanitárias no atual contexto pandémico.

A presente formação será replicada futuramente no sentido de abranger o maior número de polícias que diariamente trabalham nesta área, tendo como almejo o reforço de competências de todos os Polícias, e a consolidação de elevados padrões de qualidade.

A Atividade Física não tem Idade



No dia 10 de Fevereiro de 2022, pelas 14H30, realizou-se uma aula de ginástica no Jardim Vasco da Gama com cerca de 30 idosos, com o intuito de criar laços com a PSP, bem como dar continuidade ao projeto realizado no combate à solidão e incentivo à prática de atividade física.

No dia 29 de Abril de 2022, a Divisão Policial de Cascais formou um Laço Azul Humano por breves momentos frente à Sede da Divisão, um pequeno gesto para despertar a consciência de todos e como “constante lembrete para lutar pela protecção das crianças” (Bonnie W. Finney).

É de realçar que Abril é um mês de alerta, sensibilização e consciencialização para os maus-tratos contra crianças e jovens e para a importância da prevenção, da promoção e da protecção dos seus direitos. Para o efeito, a Divisão Policial de Cascais exibiu durante todo o mês de Abril, o símbolo desse movimento, um Laço Azul colocado na fachada do edifício da Sede da Divisão.

Proteção das Crianças



Projeto Universidade Segura

O Comando Metropolitano da PSP de Lisboa, através do Projeto Universidade Segura, da 4.ª divisão, no dia 23 de maio de 2022, participou nas cerimónias dos 111 anos do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Neste evento, inserido nas comemorações daquele Instituto, foi apresentado o livro comemorativo dos 111 anos da instituição, uma moeda alusiva à mesma data e ainda um selo comemorativo. Entre outros, estiveram presentes, o Governador de Banco de Portugal, Dr. Mário Centeno, o vice-presidente

do Banco Central Europeu, Dr. Vítor Constâncio, ex-alunos do ISEG. A Polícia em parceria com o ISEG, através das Equipas da Universidade Segura, tem desenvolvido várias ações e projetos tendo este programa específico, materializado a adoção de uma tática de policiamento singular, que visa dar respostas às necessidades que a comunidade universitária possui.





Iniciativa (Des)FARDA

O Comando Metropolitano da PSP de Lisboa, através da Escola Segura da 4ª Divisão, participou na iniciativa (Des)FARDA, promovida pela Casa Pia de Lisboa.

Os polícias desfardaram-se e assumiram o papel de alunos de cozinha e bar no restaurante pedagógico.

Nestas ações são colocados desafios coletivos e pessoais, tornando-se num fenómeno inquestionável, onde os agentes socializantes são veículos de comunicação, contribuindo para sensibilização, fomentando a relação entre as pessoas, pro-

movendo ainda a participação em grupo/sociedade, fatores importantes para o desenvolvimento da autoestima do aluno e construção cívica.

A ação contou com a presença da senhora Presidente da Casa Pia de Lisboa

Comemoração do Dia Nacional da Segurança Infantil

O Comando Metropolitano de Lisboa através das Equipas do Programa Escola Segura da Divisão Policial de Oeiras, em parceria com a APSI, estiveram presentes no dia 23 de maio de 2022, entre as 14h30 e as 17h00, no Jardim do Marquês, junto à Escola EB 1 António Rebelo de Andrade, em Oeiras, onde se celebrou o Dia Nacional da Segurança Infantil.

Foram realizadas várias atividades, incubadoras do brincar, com o objetivo de assegurar a

criação de ambientes, espaços e oportunidades, onde 255 crianças conviveram e brincaram de uma forma segura e saudável, fomentando desta forma a relação harmoniosa entre a comunidade escolar e os elementos Policiais.





“Cuidamos dos Nossos Jardins 2022”

O Comando Metropolitano de Lisboa através da 83.ª Esquadra, Carnaxide, no âmbito do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade, desenvolveu na passada quinta-feira, dia 28 de abril de 2022, a iniciativa “Cuidamos dos Nossos Jardins 2022”.

A iniciativa inseriu-se no programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança” e teve como objetivo trazer alguns idosos do Centro Paroquial de São Romão, em Carnaxide, a recuperar os jardins em frente da 83.ª Esquadra da PSP – Carnaxide.

Com a autorização e colaboração da Câmara Municipal de Oeiras e da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, através do fornecimento de plantas e equipa qualificada de jardineiros, estes idosos tiveram

a oportunidade de passar uma tarde diferente em contacto com plantas, polícias e crianças.

Por forma a potenciar a componente intergeracional da ação, participaram ainda um grupo de alunos da Escola Básica Vieira da Silva, os quais trabalharam em equipa com os idosos na recuperação dos jardins. A atividade terminou com um pequeno lanche de convívio. Estas ações visam potenciar a confiança da população mais idosa em particular e de toda a população em geral no serviço de Polícia, confirmando o permanente compromisso de serviço público para com as nossas comunidades. O evento contou com a presença do Sr. Presidente da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, Dr.º Inigo Pereira.

Comemorações do Dia Internacional da Mulher

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a Divisão Policial de Oeiras organizou um evento dedicado às mulheres, na cidade do Futebol, em Caxias.

A conversa, que versou sobre o papel da mulher na sociedade, foi moderada pela Exma. Sra. Comandante de Divisão, Intendente Ana Neri Correia, tendo participado ainda a Dra. Luísa Verdasca Sobral – Procuradora-Geral Adjunta Tribunal da Relação de Lisboa e Magistrada Coordenadora da Comarca Lisboa Oeste; Dra. Ana Gaspar – Médica de Saúde Pública –

Delegada de Saúde Coordenadora do ACES Lisboa Ocidental e Oeiras; Dra. Joana Baptista – Licenciada em Direito, Vereadora do Município de Oeiras (Obras Municipais; Ambiente e Qualidade de Vida e Proteção Civil Municipal); e Dra. Sandra Soares Teixeira (Sassy) – Licenciada em educação física pela Faculdade Lusófona, Atleta (de velocidade prolongada e meio-fundo), Professora e Guarda Prisional.

A celebração contou ainda com a presença de várias polícias, na sua maioria mulheres, bem como de outras convidadas, representantes das várias instituições e organismos do Município de Oeiras, nomeadamente, da área do ensino, da Câmara Municipal de Oeiras, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, da Mundos de Papel Associação e dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora.

No final, foi proporcionado a todos os presentes um momento musical, pela voz da Subcomissário Melissa Cabral, acompanhada pelo Subcomissário João Sanheiro na guitarra acústica e pelo Subcomissário Francisco Duarte no cajo.



Dia Escolar da Não-Violência e da Paz

O primeiro evento Comeltis do ano realizou-se no dia 30 de janeiro de 2022 com a celebração do Dia Escolar da Não Violência e da Paz.

A Divisão Policial de Oeiras ficou a cargo de proporcionar aos alunos de duas escolas (EB Miraflores e EB Narcisa Pereira), em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras, ações de sensibilização aliadas à temática onde os alunos debateram o significado de palavras como igualdade, solidariedade, respeito, tolerância e paz, dando aso à criatividade dos alunos que apresentaram vários desenhos.



No final, em conjunto, construíram a palavra "PAZ", imagens captadas através de drone e cedidas pela CM Oeiras.

RailPol



Entre os dias 14 e 20 de março de 2022, a Divisão de Segurança a Transportes Públicos levou a cabo uma operação, tendo em vista a prevenção da criminalidade em geral, com especial incidência na luta contra a imigração ilegal por via ferroviária, aos furtos por carteiristas, aos furtos de metais não preciosos, ao tráfico/posse de droga, armas e explosivos, bem como a fiscalização das medidas sanitárias relativas à pandemia COVID-19.

A operação abrangeu várias ações de fiscalização no interior de comboios e nas estações da área metropolitana de Lisboa.



Programa “Saúde em Segurança”

No âmbito da criação de um Programa de Policiamento de Proximidade orientado para o setor da saúde, após aprovação do Plano de Ação para a Prevenção da Violência no Setor da Saúde (PAPVSS), foi realizada, no dia 6 de abril de 2022, uma sessão de esclarecimento/formação aos profissionais da PSP que irão ministrar posteriores ações de sensibilização em contexto hospitalar aos profissionais de saúde, no que diz respeito ao tema da prevenção da violência.

A PSP implementou o Programa “Saúde em Segurança”, visando alcançar os objetivos como a prevenção e monitorização de ocorrências de violência no SNS, promoção de uma cultura de segurança no SNS e a criação de parcerias ao nível regional e local, realização de formação para os polícias e profissionais de saúde e incrementação de visibilidade policial junto dos centros hospitalares.





Visita da Comitiva da Polícia Polaca

No âmbito do projeto europeu Erasmus +, o Comando Metropolitano de Lisboa recebeu, entre 4 e 8 de abril de 2022, uma comitiva da Polícia Metropolitana de Varsóvia - Polska Policja.

O referido projeto foca a atividade policial de gestão de multidões do qual a PSP contribui com a sua experiência técnico-científica, tanto através de demonstração de meios operacionais das diversas valências policiais bem como de apresentação de doutrina e conteúdos académicos.

A esta comitiva foi apresentada uma demonstração de atuação por parte das EPRI, num cenário de abordagem de viatura e de reposição da ordem pública.

Inseridos no mesmo programa, entre os dias 8 a 13 de maio de 2022, acolhemos uma comitiva de seis elementos pertencentes,



no âmbito do tema intitulado "Management of information and image of uniformed services in crisis situations".

Durante a sua estadia, foram acompanhados pelo Núcleo de Imprensa e Relações Públicas nas diversas visitas pela área do COMETLIS, destacando-se as demonstrações da EPRI, visitas de cariz operacional a vários departamentos, estádios de futebol, Esquadra de Turismo, entre outras.

Já no dia 15 de junho de 2022, recebemos a visita do Comandante da Polícia Metropolitana de Varsóvia, o Exmo. Sr. General Pawel Dzierzak, que agradeceu pessoalmente o apoio, contributo e hospitalidade nas anteriores visitas, as quais contaram com um significativo contributo por parte do COMETLIS e que mereceram rasgados elogios por parte dos participantes e responsáveis polacos.

Conferência dos Oceanos

Lisboa foi a cidade que acolheu a 2ª Conferência dos Oceanos organizada pelas Nações Unidas (II UNOC) sob o mote "Salvar o Oceano e Proteger o Mundo", nos dias 27 de junho a 1 de julho de 2022.

A 2ª Divisão Policial teve um papel ativo sendo o pavilhão Altice Arena, o palco deste evento, que pretendeu alertar e cons-

cientializar toda a população para a problemática da poluição dos oceanos.

A PSP marcou a presença habitual para garantir que todo o evento decorresse em segurança.





Comando Organiza duas Caminhadas Solidárias

O Comando Distrital de Portalegre da Polícia de Segurança Pública elegeru 2022 como o Ano da Solidariedade. Para materializar esse desiderato organizou, no âmbito das comemorações do seu 144.º aniversário, duas caminhadas solidárias: uma na capital de distrito e outra na cidade de Elvas, nos dias 4 e 11 de junho de 2022, respetivamente. Os donativos angariados em ambos os eventos revertiram para a delegação de Portalegre da Liga Portuguesa Contra o Cancro e para a delegação de Elvas da Cruz Vermelha.

Esta iniciativas contaram com o apoio de vários parceiros públicos e privados e ainda do

“Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança”, do Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade do Comando Distrital de Portalegre da PSP.

Para além do apoio às instituições em questão, estas iniciativas de cariz solidário permitiram à Polícia não só aproximar-se da sua comunidade e dos seus *stakeholders* locais, incrementando os níveis da segurança percecionada, como também valorizar a sua própria imagem institucional.

No Namoro Não há Guerra

O GAIV e o Programa Escola Segura da 2ª Divisão Policial do Comando Metropolitano do Porto, no dia 14 de Fevereiro de 2022, assinalaram o Dia dos Namorados com uma ação de sensibilização designada, “No Namoro Não Há Guerra”, que decorreu no exterior da Escola Secundária Garcia da Orta, no Porto.

O objetivo primordial desta ação consistiu em alertar e auxiliar os jovens a detetar e procurar ajuda em situações de eventual violência nas relações.



Polícia por um Dia em Gondomar



A Esquadra de Gondomar, no dia 26 de fevereiro de 2022, recebeu a visita do Nuno, um menino cujo sonho é ser polícia ou bombeiro quando crescer.

Foi uma tarde importante para dar a conhecer a instituição ao ainda pequeno, mas futuro colega, que cumprimentou o Comandante da Esquadra, experienciou diversas atividades policiais cheias de operacionalidade e aprendeu as principais regras de segurança rodoviária.

Patrulha Júnior na Divisão Policial da Maia

No dia 15 de Março de 2022, o nosso Falco, o Grupo Cinotécnico, as Equipas de Intervenção Rápida e a Escola Segura da Divisão Policial da Maia, através de muita brincadeira proporcionaram a diversas crianças a experiência de serem verdadeiros Polícias por um turno. Aproveitaram o momento também para transmitir aos petizes várias regras e conselhos rodoviários e de como tratar os animais de estimação.



Caminhada pela Prevenção dos Maus Tratos na Infância

No dia 03 de abril de 2022 de 2022, pelas 10H00, decorreu uma caminhada entre a Avenida dos Banhos e o Parque da Cidade da Póvoa de Varzim, para assinalar abril como o mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância.

Resultante de uma parceria entre a CPCJ da Póvoa de Varzim e a Polícia de Segurança Pública, a caminhada teve o acompanhamento da Equipa do Policiamento de Proximidade da Esquadra da Póvoa de Varzim e contou com a imprescindível presença da nossa mascote, o Falco.



Feira das Profissões em Gondomar



O Comando Metropolitano do Porto através da Divisão Policial de Gondomar, no dia 08 de abril de 2022, participou na Feira das Profissões, realizada na Escola Secundária de Valbom, acessível a todos os alunos que integram o ensino secundário no concelho de Gondomar.

Durante o evento, foram utilizados diversos meios, para melhor demonstrar e informar os jovens sobre as valências existentes na polícia de segurança pública, de forma a orientar uma boa tomada de decisão.

Cerimónia Comemorativa da Batalha de La Lys e do Dia do Combatente



O Comando Metropolitano do Porto, no dia 12 de abril de 2022, esteve presente na cerimónia comemorativa do 104.º Aniversário da Batalha de La Lys e do Dia do Combatente, na Praça de Carlos Alberto, no Porto, numa sentida homenagem aos militares portugueses que participaram na Primeira Guerra Mundial.

Cerimónia de Passagem à Pré-Aposentação

O Comando Metropolitano do Porto, de forma simples mas repleta de significado, tem prestado homenagem aos polícias que de modo consecutivo passam à pré-aposentação, pela sua dedicação à causa pública e ao serviço desempenhado na Polícia de Segurança Pública e no Comando do Porto em particular.



9.º Aniversário do GAIV do Porto

No decurso de nove anos de existência, o Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima – GAIV realizou um trabalho fundamental e excecional, sobretudo no âmbito da violência doméstica.

De salientar o atendimento presencial a inúmeras vítimas nominais, resultantes de ocorrências de crimes em contexto familiar e doméstico.

O resultado alcançado no empenho e cumprimento da missão do Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima do Porto é inexcedível.





Breve Sinopse sobre Investigação Criminal

Autores:

Comissário Paulo David Varandas

Adjunto do Comandante da Divisão de Investigação Criminal

Agente Principal Fernando Costa Teixeira

Mestre em Criminologia, pela Faculdade de Direito da
Universidade do Porto

Nas décadas de 70 e 80, assistiu-se a uma reorganização dos serviços da Polícia de Segurança Pública. Entre as novas medidas implementadas, destaca-se a criação em todos os Comandos Distritais de uma Secção de Justiça e Serviços de Investigação Criminal.

O Decreto-lei 151/85, de 9 de Maio, no n.º 3, do Art.º 6, (Estatuto da Polícia de Segurança Pública), vem definir que compete em especial à Polícia de Segurança Pública “praticar os atos processuais e de averiguação que lhe forem cometidos por lei em matéria de processo penal e processo de contraordenações”. Por sua vez, no diploma seguinte, o Decreto-lei 321/94, de 29

de Dezembro na alínea c), do Art.º 5, estabelece em termos de competência genérica a prática de “atos processuais e de averiguação que lhe forem cometidos por lei ou por delegação”.

De forma sucinta, constata-se que na Polícia de Segurança Pública até meados de 1995, existiam inúmeras brigadas, tais como, as Brigadas de Costumes; as Brigadas de Fiscalização; as Brigadas à Civil; as Secções de Justiça e os Pelotões de Segurança que funcionavam nos próprios moldes e por vezes sem correspondência com as demais.

Neste período a investigação criminal consistia essencialmente numa vertente preventiva, muito direccionada para o ensejo: conhecer bem o terreno, as rotinas do indivíduo e tentar apanhá-lo em flagrante, sendo possível de concretizar, através do designado policiamento “à paisana”.

A outra vertente nesta fase, coaduna-se com o dever de colaboração da Polícia de Segurança Pública, enquanto Órgão de Polícia Criminal, ante o Ministério Público. O Código de Processo Penal já determinava no art.º 55 n.º 1, que “compete aos órgãos de polícia criminal coadjuvar as autoridades judiciais com vista à realização das finalidades do processo.”

Devido à conjuntura da época e ao elevado alarmismo social provocado pelo aumento exponencial do consumo e tráfico de estupefacientes e toda a criminalidade associada a este fenómeno, surgiu desta forma a necessidade de adotar estratégias, medidas de prevenção e de investigação criminal que envolveram a Polícia de Segurança Pública.

Face aos imperativos legais instituídos, em 02 de Março de 1995, a Polícia de Segurança Pública, criou unidades denominadas de Brigadas Anti-crime, atuando nas respetivas áreas de jurisdição e com competências específicas em matéria de prevenção e investigação criminal.

No que concerne ao COMETPOR, na OS n.º 127 de 04/07/1995, Art.º8, foi constituído o Departamento de Prevenção e Investigação de Estupefacientes e de Segurança Pessoal, que englobava a Secção de Investigação ao Tráfico de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas. Chefiada por um Chefe de Esquadra, a estrutura deste serviço integrava um efetivo composto por quatro Subchefes e quinze Guardas de 2.ª Classe, profissionais de excelência cujo percurso profissional assentava numa sólida experiência adquirida em Brigadas à Civil.

Com a entrada em vigor da Lei da Organização da Investigação Criminal em 2000, a Polícia de Segurança Pública passou a deter novas competências nesta matéria. O disposto na Lei Orgânica da PSP (Lei n.º 5/99 de 27 de Janeiro) atribuía a funcionalidade da investigação criminal ao Núcleo de Investigação Policial, cuja estrutura orgânica abrangia o efetivo que integrava as Brigadas Anti-Crime e o Serviço de Investigação Criminal existentes no COMETPOR.

Comportava também as brigadas de investigação, uma unidade regional de coordenação e de informações criminais, uma unidade de pesquisa de notícias e, pela primeira vez, foi criada a unidade de polícia técnica.

Por fim em 2003, foi criada a atual Divisão de Investigação Criminal, cujo organograma obedece aos parâmetros fundados no Despacho 20/2009/GDN. Os Serviços e Subunidades que caracterizam a atual composição, sob o ponto de vista estratégico e operacional, foram constituídos de acordo com o cariz de especialização do seu conteúdo funcional.

No COMETPOR, a Divisão de Investigação Criminal compreende uma área administrativa, uma área operacional e as subunidades. A área administrativa é composta pelas secções de Apoio Geral (SAG), de Registo e Gestão de Expediente (SER).

A área operacional é composta pela Unidade de Polícia Técnica Forense (UPTF), Brigada de Serviço Permanente (BSP), Secção de Sistemas de Informação e Comunicação (SSIC), Unidade Metropolitana de Informações Criminais (UMIC) e Unidade de Pesquisa de Notícia (UPN). As subunidades são as Esquadras de Investigação Criminal (EIC), compostas por dez esquadras.

De salientar que toda a estrutura de serviços e subunidades, bem como os recursos materiais e humanos que compõem a Divisão de Investigação Criminal, estão sob dependência direta do Comandante de Divisão.

A investigação Criminal percorreu um longo percurso na história da sua existência e a estrutura atualmente existente é uma combinação coerente de meios, vasta em competências e multidisciplinar, contribuindo significativamente para que a Polícia de Segurança Pública se assuma como uma instituição de referência a nível nacional.

Exposição "Rostos com Voz"

O Comando Distrital de Viseu da Polícia de Segurança Pública promoveu a Exposição "Rostos com Voz" com o objetivo de sensibilizar a comunidade para a problemática da violência exercida contra as mulheres e a necessidade de políticas globais que denunciem e erradiquem este flagelo.

A violência de género tornou-se uma questão global, que afeta essencialmente mulheres. É um problema social presente no nosso país e que se manifesta nas mais diversas formas, quer física, sexual, psicológica, económica ou social. De salientar que a violência exercida contra as mulheres não se limita à violência doméstica, englobando, também, todas as formas de assédio sexual, perseguição, mutilação genital feminina ou o próprio casamento forçado.

Esta exposição fotográfica apresenta várias fotos de mulheres que aceitaram dar "voz" a esta causa, o que seguramente contribuirá para dar voz a muitas mais mulheres que são vítimas de violência doméstica.

Este trabalho esteve em exibição em Viseu, no Palácio do Gelo Shopping, de 11 a 18 de abril de 2022.

Na cidade de Lamego esteve em exibição nos Paços do Concelho, de 22 a 26 de agosto de 2022.

De realçar que a iniciativa, em expor esta temática, pertence à 4ª. Divisão do COMETLIS/PSP e tem sido apresentada em várias cidades, prestando desta forma especial reconhecimento e agradecimento a todas as mulheres.





4.ª Ação de Formação para a Promoção a Chefe Coordenador

A 4.ª Ação de Formação para Promoção a Chefe Coordenador (AFPCC) iniciou-se em 03 de janeiro de 2022 e teve a duração de 9 semanas.

Contou com 250 horas de formação distribuídas por várias disciplinas, com uma componente teórica ministrada pela EPP em Torres Novas e uma componente prática, sob a tutela da EPP, nos centros formativos das Unidades Territoriais da PSP. Foi frequentada por 112 formandos, sendo 13 femininos e 99 masculinos.

Em 4 de março, decorreu a cerimónia de encerramento da 4.ª AFPCC, presidida pelo Diretor da Escola Prática de Polícia, Superintendente-Chefe Jorge Filipe Guerreiro Cabrita, obedecendo-se às restrições impostas pela pandemia COVID-19.

Para além dos conhecimentos adquiridos, esta Ação de Formação constituiu uma oportunidade única de reencontro, troca de experiências e solidificação dos valores instituídos, bem como, ocasião de reforço da solidariedade bem característica dos que vestem o uniforme policial.

Os formandos vieram da Direção Nacional e de todas as Unidades de Polícia e Estabelecimentos de Ensino da PSP.

A Ação de formação só foi possível pelo contributo abnegado e empenho dos formadores da EPP, assim como de todo o esforço das diversas unidades territoriais.

4.ª Ação de Formação para a Promoção a Agente Coordenador

A 4ª Ação de Formação para a Promoção a Agente Coordenador (AFPAC) iniciou-se no dia 02 de março de 2022 e teve a duração de 7 semanas, contou com 180 horas de formação distribuídas por várias disciplinas, com uma componente teórica ministrada pela EPP em Torres Novas, e uma componente prática, sob a tutela da EPP, realizada nos centros formativos das Unidades Territoriais da PSP.

A Ação de Formação foi frequentada por 273 formandos, sendo 40 femininos e 233 masculinos.

Em 14 de abril, decorreu a cerimónia de encerramento da 4ª AFPAC, presidida por S.ª Ex.ª o Diretor Nacional Adjunto para a

Unidade Orgânica de Recursos Humanos, Superintendente-Chefe Abílio Pinto Vieira, obedecendo-se às restrições impostas pela pandemia COVID-19.

Esta Ação de Formação teve por objetivo proporcionar aos formandos, com a categoria de Agente Principal, a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos, competências técnicas e boas práticas, necessárias ao desempenho das funções inerentes à categoria de Agente Coordenador, de acordo com o conteúdo funcional previsto para esta categoria.





Investigação Criminal na PSP

Um Plano Estratégico de Consolidação e de Futuro

Autor:
Dário Duarte Mendes Prates
Superintendente

Introdução

A Polícia de Segurança Pública (PSP) assume-se como uma polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do cidadão ¹.

Uma polícia integral, de proximidade, com competências de investigação criminal que, ao longo dos anos, fruto de sucessivas alterações legislativas na área de investigação criminal, tem respondido aos novos desafios através de uma adequada reestruturação orgânica², nomeadamente no seu Sistema de Investigação Criminal, e de uma maior capacitação dos seus recursos humanos.

A PSP tem assegurado as suas atribuições sustentada numa doutrina própria de polícia de proximidade dos grandes centros urbanos e das comunidades, de forte compromisso com a proteção das vítimas, capaz de potenciar a sua capacidade através da melhor combinação das suas valências, do conhecimento de rua, do desenvolvimento das suas capacidades técnicas e científicas, garantindo assim uma elevada eficiência e eficácia na investigação criminal, dentro dos mais altos padrões éticos e de respeito e proteção dos Direitos Fundamentais.

Depois de mais de 25 anos de experiência de investigação criminal³, a PSP tem vindo a obter o justo reconhecimento e a confiança da parte das Autoridades Judiciais, necessários para a delegação de competências e o desenvolvimento de investigações, cada vez mais complexas e exigentes.

Esta relação de investigação criminal com as Autoridades Judiciárias, de dependência funcional⁴, baseia-se em valores de lealdade e transparência, promovendo as melhores condições para uma direção do inquérito eficaz.

Neste contexto, foi proposto o Plano Estratégico para o Departamento de Investigação Criminal, alinhado com a Estratégia da PSP 20-22, tendo o mesmo sido aprovado por S. Exa o Diretor Nacional em 12 de fevereiro de 2020.

O Plano Estratégico aprovado tem o propósito de consolidar a atividade da PSP na área da investigação criminal e garantir a sua evolução enquanto Órgão de Polícia Criminal (OPC) de excelência na prevenção e na investigação da criminalidade que mais afeta diretamente o cidadão, ou seja, a criminalidade de rua.

A PSP na investigação criminal

No ano de 2000 foi amplamente alargada a competência de investigação criminal dos OPC de proximidade, com a publicação da Lei de Organização de Investigação Criminal- LOIC⁵.

Da análise da exposição de motivos da Proposta de Lei nº26/VIII – Organização de Investigação Criminal, no seu ponto 3, que a antecedeu, é referido:

“A desejável eficácia do combate à criminalidade exige uma racionalização dos meios e a clarificação das funções atribuídas aos diferentes órgãos de polícia criminal, de acordo com o modelo mais adequado à natureza de cada uma das forças e à tipologia criminal: a especialização da Polícia Judiciária na investigação da criminalidade mais complexa que deve estar a cargo de uma polícia científica, e a valorização das competências de investigação criminal da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, para a criminalidade cuja investigação requer uma eficácia de proximidade”⁶.

Ou seja, pretendeu-se atribuir, para o bom desenvolvimento e sucesso da investigação, a competência de investigação criminal tendo em consideração, por um lado, as exigências da investigação do crime – a “tecnicidade” ou a “proximidade” - e, por outro lado, a natureza dos vários OPC.

Enquanto polícia integral de proximidade, a PSP congrega as várias valências policiais, seja na área da prevenção, da segurança e da ordem pública, seja na de investigação criminal, atua de forma progressiva e articulada, garante uma maior interação com a comunidade e com os cidadãos, e obtém, assim, um maior conhecimento da realidade sócio-criminal das áreas urbanas e das áreas de maior incidência da criminalidade, atuando como “first responder” a um evento criminal e assumindo um verdadeiro papel de “anjo da guarda”, protegendo e defendendo a vítima do crime.

Aspeto particularmente relevante e caro, o da proteção da vítima do crime, cria, por vezes, verdadeiros dilemas para os gestores da investigação criminal na dicotomia entre a necessidade de interrupção da atividade criminosa, para esse fim de proteção, e as necessidades de prova do inquérito. Para as melhores decisões perante esses dilemas, será decisiva a interiorização dos valores que a PSP persegue na sua atividade, os quais passarão sempre pelo respeito e pela proteção dos Direitos Fundamentais.

A natureza dos crimes cuja investigação criminal recai na PSP – “crimes de rua”, bem como a sua área de responsabilidade – grandes centros urbanos – traduzem-se em grandes desafios na área de investigação criminal, resultando numa elevada pendência processual para os investigadores criminais da PSP⁷ e para os meios disponíveis para a investigação criminal.

Mas outros desafios têm de ser considerados. A mobilidade dos autores dos crimes, a sofisticação dos modus operandi e a “empresarialização” dos grupos de criminosos acarretam dificuldades adicionais e obrigam a olhar para o “crime de rua” como um fenómeno progressivamente mais organizado, complexo e transregional.

É neste contexto que a PSP terá de evidenciar uma forte capacidade de adaptação às novas exigências da investigação criminal, modernizando a sua estrutura, atualizando os seus processos de trabalho e capacitando os seus recursos humanos na área de investigação criminal, de forma a consolidar o seu desempenho.

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

É certo que, apostando apenas nos “processos de trabalho” e nos “recursos humanos”, não dando resposta às persistentes necessidades de “meios materiais”, a PSP terá sérias dificuldades em manter os níveis de resposta que tem evidenciado.

Decorre da sua natureza de proximidade e do exercício das suas atribuições nos grandes centros urbanos, uma alta frequência de eventos criminais e de um elevadíssimo número de solicitações subsequentes ao Sistema de Investigação Criminal da PSP, obrigando a uma utilização intensíssima dos meios materiais ao dispor dos investigadores criminais, provocando o seu rápido desgaste, com graves prejuízos para a recolha da prova e para a proteção da vítima.

A NOSSA MISSÃO

A missão do Departamento de Investigação Criminal é assegurar o apoio, a supervisão e a coordenação da atividade de investigação criminal desenvolvida na PSP.

A NOSSA VISÃO

O Departamento de Investigação Criminal tem por visão garantir que a investigação criminal desenvolvida na PSP promova uma sociedade segura e justa em Portugal, atuando de forma próxima e oportuna para a proteção das vítimas e para a disrupção da atividade criminosa.

OS NOSSOS VALORES

A atividade de investigação criminal da PSP assenta nos seguintes valores:

Ética – com respeito absoluto pelos Direitos Fundamentais e sua proteção, da legalidade, da diversidade, em obediência aos princípios da necessidade, proporcionalidade e adequabilidade e pelo tratamento não discriminatório.

Profissionalismo – através de uma elevada capacidade técnica, dedicação e sentido de oportunidade, na firme vontade de proteção da vítima e na recolha de prova, através de uma articulação sã com a Autoridade Judiciária e baseada em comportamentos e atitudes de extrema dignidade.

Motivação – aproveitando a energia que nos desperta, impele e nos faz manter os esforços, apesar das dificuldades inerentes à própria missão, na salvaguarda dos interesses das vítimas e dos objetivos da investigação criminal.

Lealdade - ao compromisso perante o cidadão que servimos, o qual deverá ser o foco diário do nosso trabalho, à Instituição a que pertencemos e a todos os que nela trabalham, bem como aos parceiros da nossa atividade.

A partir das premissas referidas, o Departamento de Investigação Criminal desenhou a sua estratégia de forma a consolidar a atividade de investigação criminal da PSP e a enfrentar os desafios do futuro como alavanca para a melhoria contínua da qualidade do serviço policial, contribuindo decisivamente para uma sociedade justa e segura e para aumentar a confiança do cidadão.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

A PSP assume-se como uma polícia integral de proximidade, vocacionada para a investigação criminal da criminalidade de rua, em especial o crime organizado a ela associado, para o crime violento e para a proteção de vítimas especialmente vulneráveis.

A sofisticação e a internacionalização dos grupos policriminais associados hoje à criminalidade de rua, obriga a uma visão de conjunto, à criação de uma cultura de partilha de informação criminal, à densificação da cooperação policial internacional e ao desenvolvimento de capacidades de análise, coordenação e de investigação dotadas de maior competência técnica e científica. Neste contexto, a PSP, ciente do seu “conhecimento de rua”, sustentado no policiamento de proximidade que desenvolve nos principais centros urbanos nacionais, bem como no Sistema Estratégico de Informação que possui, assume-se, na investigação criminal, como o OPC de excelência para a criminalidade de rua e na proteção das vítimas mais vulneráveis.

As suas capacidades demonstradas na investigação criminal, bem como a sua natureza de proximidade e de polícia integral, catapultam a PSP como referência na investigação e na prevenção da criminalidade que mais afeta diretamente os cidadãos.

Desta forma, estabelecem-se as seguintes Prioridades Estratégicas para o Departamento de Investigação Criminal da PSP:

Constituir-se como HUB de elevado valor na investigação criminal desenvolvida pela PSP;

Consolidar a análise de informação criminal através da Rede Nacional de Analistas Criminais, garantir o acompanhamento diário da criminalidade e identificar fenómenos criminais transregionais;

Consolidar os procedimentos de coordenação da investigação criminal, em especial, na criminalidade organizada e violenta, de forma a garantir a eficiência e a eficácia de toda a estrutura de investigação criminal da PSP;

Garantir o apoio analítico, técnico ou operacional à estrutura de investigação criminal, em especial nas investigações de maior exigência, maior complexidade ou sensibilidade;

Acompanhar a atividade de investigação criminal e adotar mecanismos de supervisão, de forma a garantir a melhoria da qualidade do serviço da PSP na investigação criminal;

Estabelecer parcerias com outras entidades que possam constituir mais valias para o bom desempenho da investigação criminal, como sejam entidades universitárias ou empresas, entre outras;

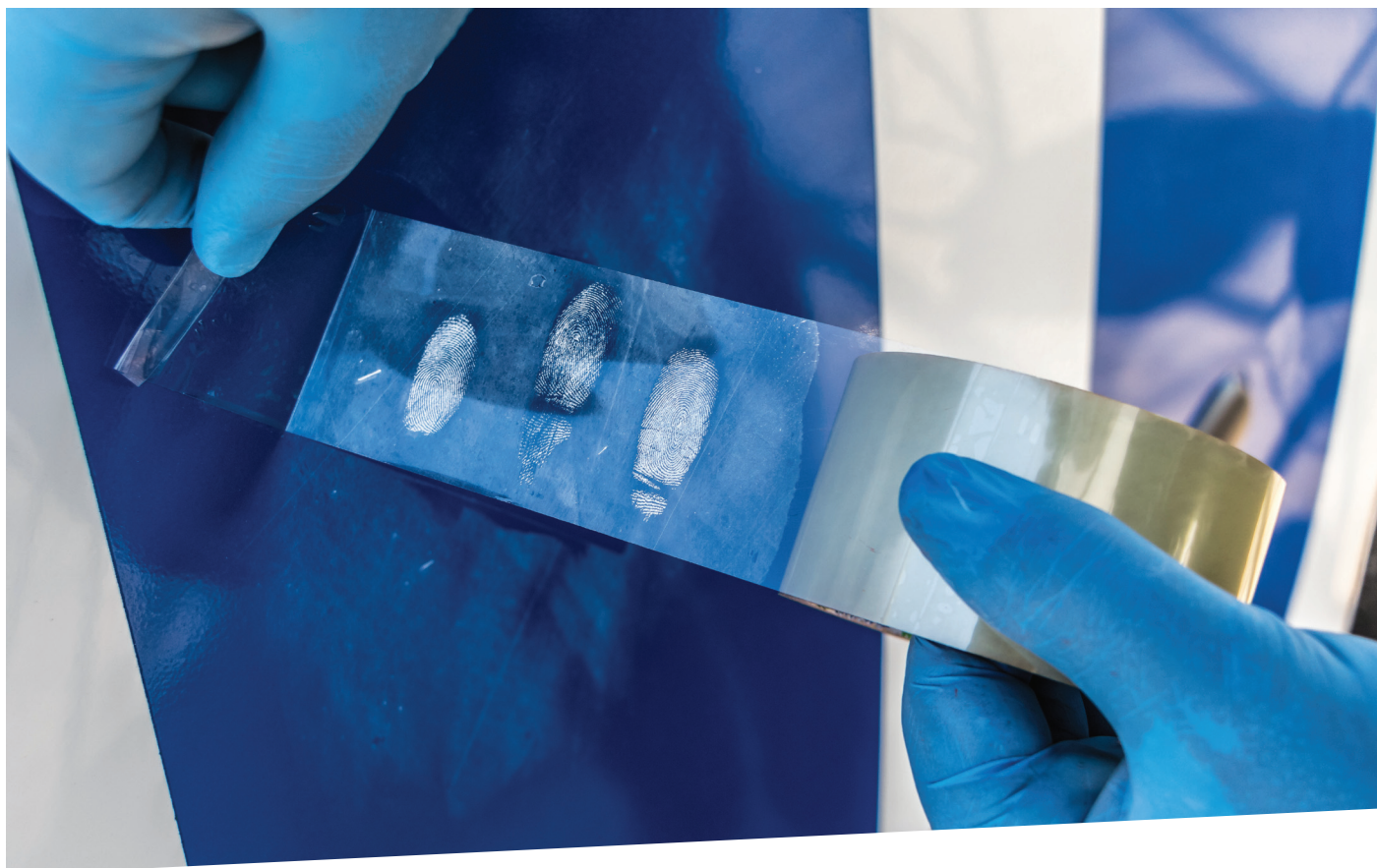
Promover a investigação criminal que mais afeta diretamente o cidadão;

Sem prejuízo das orientações em matéria de política criminal em vigor, incentivar o desenvolvimento das investigações de tipologias criminais

que mais afetam o sentimento de segurança e promovam a proteção de vítimas vulneráveis, como a violência doméstica, a violência no desporto, o tráfico de droga, as burlas, os furtos e os roubos praticados de forma organizada e/ou altamente violenta;

Incentivar a estrutura de investigação criminal para a concretização de detenções proativas, com forte impacto na criminalidade denunciada e no sentimento de segurança, incidindo em alvos de valor elevado, através do aproveitamento oportuno e competente das detenções em flagrante delito, com a necessária articulação com os polícias de proximidade e a Autoridade Judiciária;

Assegurar a reestruturação do dispositivo de investigação criminal, de forma a torná-lo mais eficiente na partilha e na gestão da informação criminal e da investigação criminal, em obediência aos princípios da unidade de ação de comando, e investir continuamente na capacidade de chefia e comando da investigação criminal, bem como a sua relação com a Autoridade Judiciária, baseada na legalidade e transparência;





Acompanhar e cooperar no combate às principais ameaças criminais identificadas pela EUROPOL, no âmbito do EMPACT, mormente, no tráfico de droga, na criminalidade organizada contra o património, tráfico de armas e crime ambiental;

Promover a investigação da criminalidade instrumental à prática de atividades delituosas, como a criminalidade automóvel, a criminalidade que recorre à tecnologia informática e ao mundo ciber para a sua concretização, a investigação financeira e a investigação patrimonial;

Desenvolver as capacidades técnicas e científicas da investigação criminal da PSP;

Consolidar a doutrina e definir as normas técnicas relativas à atividade de investigação criminal;

Promover uma formação inicial de maior exigência e adequada às exigências da investigação criminal moderna, eficiente e consistente;

Promover formação de especialização e de atualização na área de investigação criminal;

Promover a descentralização de capacidades técnicas e científicas, a nível regional, de forma a permitir uma resposta, de primeiro nível, mais

oportuna e próxima às exigências de investigação criminal sob responsabilidade da PSP, através de Polos Laboratoriais Regionais e de Secções Regionais de Investigação Criminal em áreas específicas;

Promover a organização do Laboratório de Criminalística e Ciência Forense, com vista à sua certificação, e assegurar a supervisão dos Polos Regionais, bem como o desenvolvimento de novas capacidades;

Promover as condições adequadas para a rentabilização de meios técnicos centralizados, ao nível do apoio operacional, bem como a descentralização e supervisão de meios técnicos, a nível regional, para promoção de uma resposta mais próxima e oportuna;

Promover a imagem institucional da PSP;

Aproveitar o conhecimento adquirido em relação a fenómenos criminais transversais para desenvolvimento de ações de sensibilização e prevenção criminal a nível nacional, aumentando a confiança do cidadão na PSP;

Desenvolver ações conjuntas e parcerias, incluindo de formação, com as Autoridades Judiciárias, pautando essa relação pela legalidade, transparência e lealdade, e, em especial com o MP, no seu apoio direto ou na conjugação de esforços para a prevenção e investigação criminal de fenómenos criminais de elevado impacto no sentimento de segurança ou de grande sensibilidade, de forma a aumentar a confiança do sistema judicial na investigação criminal da PSP;

Incentivar a estrutura de investigação criminal para a divulgação de resultados da atividade de investigação criminal, nos OCS ou em redes sociais, após a realização de buscas, apreensões significativas, concretização de detenções ou resultados obtidos, como acusações ou sanções aplicadas após julgamentos, de forma a promover uma imagem de polícia de proximidade integral com elevada capacidade técnica de investigação criminal.

Nota Final

A investigação criminal da PSP teve uma grande evolução durante os últimos 25 anos. Hoje, com a especialização dos seus recursos humanos, com a sistematização de procedimentos e a consolidação de metodologias, baseia-se na componente técnica e na prova científica, mas permanece próxima do cidadão e das comunidades, mantém a “street wisdom”, e constitui-se como um pilar importante na atividade da PSP, em combinação e harmonia com as outras valências, e determinante para a proteção da vítima e para um Portugal cada vez mais justo e seguro.

A permanente procura da excelência da PSP tem nos seus recursos humanos os principais agentes de mobilização. Assim acontece com os investigadores criminais, não só com as suas capacidades e conhecimentos, mas também com a sua motivação, ética, disponibilidade e generosidade.

Este é, e será, um caminho infinito, mas, aliciente e absolutamente necessário.

NOTAS

1 Estratégia da PSP 20-22

2 Legislação que alterou a orgânica da PSP para incluir as Subunidades de investigação criminal

3 Apesar de se associar o início de investigação criminal na PSP ao ano de 1995, por força da publicação do DL 81/95, de 22 de abril que criou as Brigadas Anticrime na PSP com competência específica em matéria de prevenção e investigação do tráfico de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, esta já desempenhava funções de investigação criminal, conforme decorre da Circular da PGR nº 8/87, de 21 de dezembro, disponível em www.pgr.pt/Circulares/textos/1987/1987_08.pdf.

4 Cfr art. 263º do CPP – Direção do inquérito – prevendo-se que “ os órgãos de polícia criminal atuam sob a direta orientação do Ministério Público e na sua dependência funcional” no âmbito do inquérito.

5 Lei nº21/2000, de 10 de agosto, publicada no D.R., 1ª Série, nº184.

6 Disponível em: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleDiplomaAprobado.aspx?BID=3458>

7 Em 2021 a PSP contava com 2125 investigadores criminais na PSP, foram delegados 91.821 inquéritos e concluídos 92.823 (diminuindo a pendência processual), conforme consta no Relatório da Atividade de Investigação Criminal da PSP de 2021 - RAIC 2021.

A Descentralização do Laboratório de Criminalística e Ciência Forense

Autor:
Laurenço Pimentel
Subintendente

Laboratório de Criminalística e Ciência Forense – A atividade de ciência na PSP

A conceção do LCCF – Laboratório de Criminalística e Ciência Forense nos termos do Despacho de criação e estruturação das unidades flexíveis da Direção Nacional, veio trazer à Polícia de Segurança Pública a capacidade de desenvolver atividade de cientificidade.

Esta cientificidade ao serviço da investigação criminal e mais em concreto da investigação feita pelo Sistema de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública (SICPSP) começou por ser desenvolvida apenas pelo LCCF sito na Quinta da Águas Livres em Belas.

O LCCF encontra-se setorizado em áreas científicas distintas mas que se interligam na prossecução do seu principal objetivo que é fornecer ao Sistema de Justiça as perícias necessárias à descoberta da verdade material.

Esta organização setorial começou por ser desenvolvida através do Setor de Lofoscopia Forense, com a capacidade de executar perícias lofoscópicas a nível central e bem assim apoiar todos os comandos quer na realização de perícias, quer na pesquisa e rastreamento no AFIS (Automatic Fingerprints Identification System) no sentido de que, os serviços descentralizados que não têm acesso direto ao sistema, possam realizar os seus laudos periciais.

O Setor Digital Forense, que se encontra em funções desde 2012, tem realizado trabalhos periciais de extrema importância para o SICPSP, no apoio que vem dando às investigações. A criminalidade moderna, organizada e grave, hodiernamente, recorre a todos os meios tecnológicos para perpetrar toda a atividade criminosa, pelo

que o investimento no Laboratório e mormente nesta área científica tem dado ao LCCF e à PSP uma capacidade acima da média naquilo que é o apoio às investigações criminais, próprias e suas bem como na resposta às solicitações diretas que os tribunais e os serviços do Ministério Público solicitam diretamente ao LCCF.

O Setor de Física Forense, através do subsetor de marcas e traços e também do subsetor de falsificação automóvel, tendo vindo a desenvolver uma excelente atividade de apoio à investigação criminal. Quanto às marcas e traços, com a realização de perícias no âmbito da física, têm vindo a desenvolver um sério volume pericial na resposta ao SICPSP e aos tribunais. Já são vários os casos de sucesso e acima do normal que têm sido realizados e sempre numa estreita ligação



entre três vetores importantes, (1) o LCCF, (2) a Polícia Técnica Forense ao nível das inspeções judiciais e (3) a investigação criminal, o investigador e o processo.

Esta trilogia permite um conhecimento holístico e cabal de todos os procedimentos, quer sejam de investigação e conteúdo do processo, de inspeção judicial na recolha de vestígios e remessa ao laboratório e ainda a resposta deste ao processo e ao tribunal.

Mais recentemente a criação do SIMF do LCCF – Setor de Imagem e Multimédia Forense, no Laboratório de Criminalística e Ciência Forense, visa colmatar necessidades de tratamento de imagem e vídeo, pois que, se trata de uma área onde o volume de informação recolhida no terreno, quer em sede de inspeção judicial, quer mesmo em sede de investigação criminal é muito grande e por vezes de difícil tratamento. Assim a compra de equipamento forense de tratamento deste tipo de vestígios e manancial probatório, permite realizar perícias que eivadas de um juízo

valorativo e de visualização e aclaramento – por técnica forense – de certos pormenores, permitem a identificação de pessoas e de bens relacionados com o cometimento de tipos criminais. Certo é que o desenvolvimento do LCCF é uma realidade e também uma exigência constante, na estreita medida em que, nesta área de ciência forense, nunca está tudo feito, antes exige-se constante investigação e desenvolvimento bem como atualização de conhecimentos científicos que possam ajudar à descoberta da verdade.

Neste sentido e na prossecução do Plano Estratégico de Ciência Forense, aprovado por S. Ex.^ª o DNAUOOS, foram recentemente criados os PDLCCF – Polos Descentralizados do Laboratório de Criminalística e Ciência Forense que se organizam por regiões. Na Região Norte (Porto), na região Centro (Coimbra), na Região Metropolitana de Lisboa (Lisboa), na região sul (Faro) e nas regiões autónomas da Madeira e Açores.

Com esta descentralização permite-se um melhor acompanhamento das solicitações periciais ao LCCF, reduzindo as pendências e melhorando os tempos de resposta ao processo.

De momento as capacidades científicas desta descentralização são a Perícia Lofoscopia Forense e Perícia Digital Forense. No que concerne à perícia digital forense, os Polos Descentralizados apenas fazem perícias em certos dispositivos e não em todos, pois a sua capacidade encontra-se limitada pelo investimento feito, o que apenas lhes permite a realização de trabalho no âmbito dos telemóveis e equipamentos de comunicações. Sempre que haja necessidade de trabalho pericial noutros tipos de equipamentos, estes terão que ser enviados ao LCCF em Belas.

Numa perspetiva de futuro prevê-se que os novos investimentos possam fazer face às necessidades destes setores dos PDLCCF no sentido de poderem vir a ter mais capacidades laboratoriais, como sejam, por exemplo, a análise de dados extraídos e também a capacidade de perícia na área da informática forense, onde os dispositivos informáticos possam ser encaminhados e tratados também pelos peritos locais.



INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A capacidade forense através dos Polos Descentralizados na área digital forense Projeto concluído

O projeto agora concluído, de criação dos Polos Descentralizados do Laboratório de Criminalística e Ciência Forense, teve a sua génese na visão implementada pelo Plano Estratégico de Ciência Forense aprovado por S. Ex.^a o Diretor Nacional Adjunto da Unidade Orgânica de Operações e Segurança da PSP e pretende aproximar ao terreno a realização de perícias digitais forenses naquilo que são as necessidades do Sistema de Investigação Criminal da PSP, em particular e bem assim do Sistema de Justiça no geral, pois que são os tribunais que diretamente já solicitam e determinam a realização de perícias ao LCCF, dando como adquirida a sua capacidade e eficiência na resposta às necessidades de cada processo em concreto, seja ele investigado pela Polícia de Segurança Pública ou por qualquer outro operador judiciário.

Ora, nesta senda de capacidade de resposta dada, em que as pendências ao nível dos processos forenses não colocam em perigo os prazos processuais e cumulativamente a demonstração de capacidade forense ao nível das melhores práticas laboratoriais vão concretizando cada vez mais o projeto macro de implementação da ciência forense na PSP.

PDLCCF-Lisboa

A descentralização do LCCF através dos seus Polos Descentralizados na área da ciência digital forense começou pela implantação do PDLCCF-Lisboa em 22.FEV.2021 no Comando Metropolitano de Lisboa, na Divisão de Investigação Criminal, onde esteve presente a Ex.^a Senhora Comandante, Intendente Catarina Mateus Viegas Machado Franco que presidiu ao ato de instalação e entrega dos equipamentos forenses. Neste PDLCCF – Lisboa, ficam a trabalhar três peritos forenses.



PDLCCF-Faro

Em 23.FEV.2021, foi instalado no Comando Distrital de Faro o PDLCCF – Faro, que funciona nas instalações do Núcleo de Investigação Criminal, na estrutura do Comando. O Ex.^a Senhor Comandante, Superintendente Marco António Viegas Martins presidiu ao ato de instalação e entrega dos equipamentos forenses. Neste PDLCCF- Faro ficam adstritos três peritos forenses.



PDLCCF-Coimbra

Em 02.MAR.2021, foi instalado no Comando Distrital de Coimbra o PDLCCF-Coimbra, que funciona nas instalações do Núcleo de Investigação Criminal, na estrutura do Comando. O Ex.^a Senhor Comandante, Superintendente Rui Filipe Resende Melo Coelho de Moura presidiu ao ato de instalação e entrega dos equipamentos forenses. Neste PDLCCF-Coimbra estão alocados três peritos forenses.



PDLCCF- Porto

Em 24.MAR.2021, foi instalado no Comando Metropolitano do Porto o PDLCCF-Porto, que funciona nas instalações da Divisão de Investigação Criminal. A Ex.ª Senhora Comandante, Superintendente Paula Cristina da Graça Peneda presidiu ao ato de instalação e entrega dos equipamentos forenses. Neste PDLCCF-Porto estão alocados três peritos forenses.



PDLCCF-Madeira

Em 16.JUN.2021, foi instalado no Comando Regional da Madeira o PDLCCF-Madeira, que funciona nas instalações do Núcleo de Investigação Criminal, na estrutura do Comando. O Ex.º Senhor 2.º Comandante, Superintendente Fernando Manuel Oliveira Martins presidiu ao ato de instalação e entrega dos equipamentos forenses. Neste PDLCCF-Madeira estão alocados três peritos forenses.



PDLCCF-Açores

Para terminar este projeto, em 17.JAN.2022, foi instalado no Comando Regional dos Açores o PDLCCF-Açores, que funciona nas instalações do Núcleo de Investigação Criminal, na estrutura do Comando. O Ex.º Senhor Comandante, Superintendente-Chefe Luís Manuel Pacheco Ribeiro Viana presidiu ao ato de instalação e entrega dos equipamentos forenses. Neste PDLCCF-Açores estão alocados três peritos forenses.



Com este último ato de instalação no Comando Regional dos Açores do Polo Descentralizado do Laboratório de Criminalística e Ciência Forense deu-se como concretizado este projeto de alocação, em regiões, em todo o território nacional, na área de responsabilidade da Polícia de Segurança Pública da ciência forense ao serviço da investigação criminal. As capacidades destes Polos Descentralizados serão, logo que possível, reforçadas mormente com o setor de Iofoscopia forense, estando previsto, ainda para este ano de 2022, a instalação no PDLCCF-Coimbra da nova estação de trabalho AFIS.

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

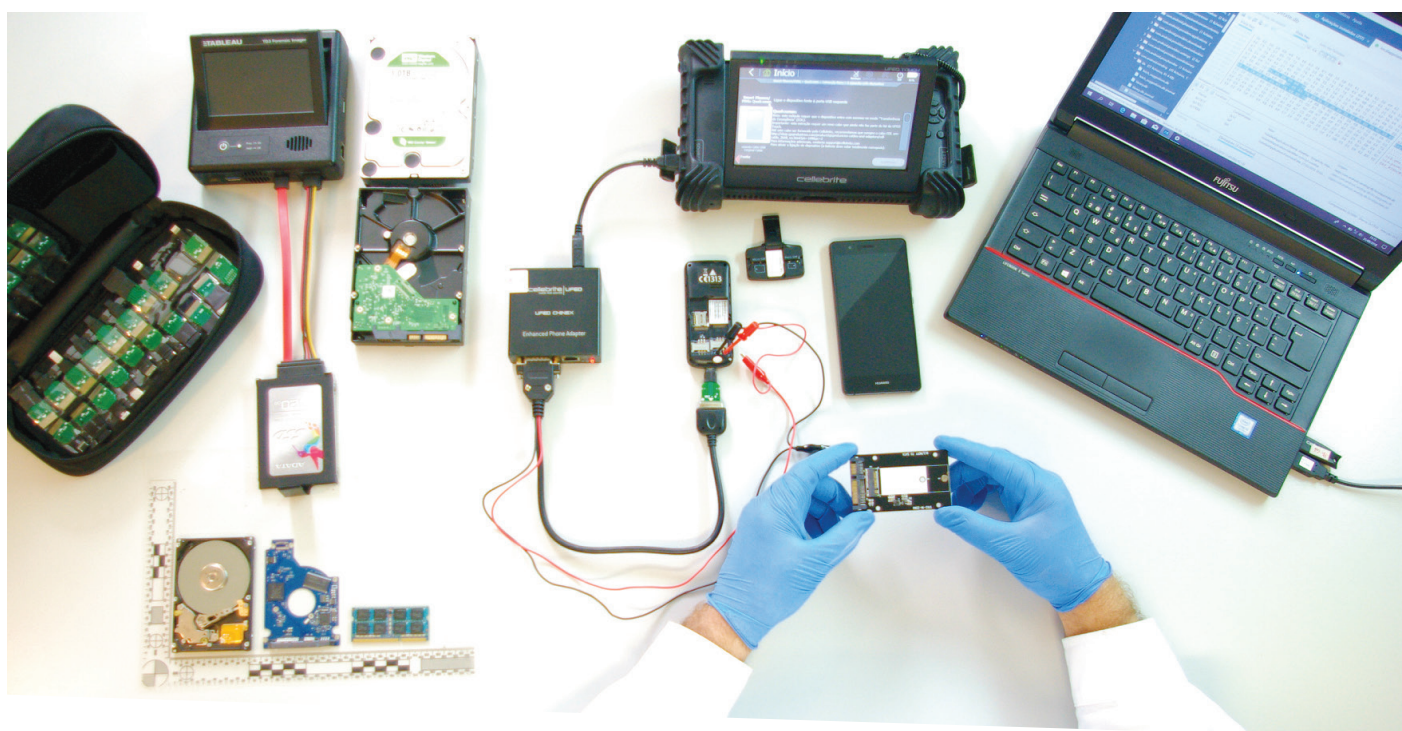
Não sendo nunca um projeto acabado, certo é que a ciência forense na Polícia de Segurança Pública será cada vez mais empoderada no sentido de capacitar as investigações criminais à real descoberta da verdade material. Tal é e será uma exigência da investigação atual, que se vê no desiderato de responder aos desafios de uma criminalidade evoluída e capaz de fazer uso da mais moderna tecnologia para o cometimento da sua conduta criminal. Daí que a ciência forense ao serviço da investigação criminal deva ser capaz de responder aos mais modernos e complicados desafios que se colocam ao sistema de justiça em Portugal.

A formação de todos os peritos que compõem a rede nacional de peritos forenses na ciência forense digital foi realizada interna e externamente. O Instituto Politécnico de Leiria ministrou a primeira fase de formação destes peritos e a segunda fase foi ministrada pelo Laboratório de Criminalística e Ciência Forense do Departamento de Investigação Criminal. Foi aprovado para o efeito, o Curso de Prova Digital Forense de nível I que todos 22 peritos tiveram que frequentar, estando portanto credenciados e certificados para poderem realizar a sua atividade, quer no LCCF quer nos seus Polos Descentralizados.

Perante os constantes desafios da cientificidade, o LCCF já se encontra a preparar o Curso de Prova Digital Forense Nível II para que, em breve, possa ser ministrado a todos os peritos em funções.

Os Polos Descentralizados bem como todo o seu efetivo dependem formal e cientificamente do LCCF em Belas e dependendo hierarquicamente dos comandos onde estão alocados. Pretende-se que todo o repositório de confiança que os tribunais, neste momento, depositam no Laboratório da PSP (LCCF), possa ser mantido e melhorado a cada dia e, neste sentido, a linha comum de cientificidade será sempre uma regra para esse efeito.

Por fim e após a conclusão deste projeto, que inicialmente gerou algumas “reticências” naquilo que poderia ser um fracasso, veio a demonstrar-se de grande sucesso. Assim é justo um público agradecimento a toda a equipa que acreditou e desenvolveu todas as diligências no sentido de que o objetivo final fosse concretizado. Deste modo um realce ao efetivo do LCCF que sempre acreditou nas linhas estratégicas que lhe colocamos e souberam ajudar à sua concretização.



Projeto de ligação remota do Laboratório de Criminalística e Ciência Forense com os Polos Descentralizados em todo o território nacional

Neste momento decorre um estudo no LCCF no sentido de avaliar a possibilidade de interligar digitalmente os Polos Descentralizados ao LCCF. Tal ferramenta permite a conexão, quer para fins de troca de informação e de boas práticas bem como para fins de utilização de equipamentos em simultâneo por todos os peritos. Nesta matéria as ferramentas adquiridas para o LCCF e que, por razões económicas não se tornou possível adquirir para todos os locais, podem agora ser utilizadas por via remota, o que permitirá economizar e ao mesmo tempo facilitar a troca de boas práticas periciais. Pese embora possa ser um investimento com algum significado económico inicial, certo é que permitirá uma economia a longo prazo.

Com a concretização prática deste novo projeto, o Laboratório de Criminalística e Ciência Forense dará um grande “salto” qualitativo na sua capacidade e atividade forense ao serviço da justiça.

Notas Finais

O Laboratório de Criminalística e Ciência Forense do Departamento de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública é hoje um laboratório de referência já não só para o Sistema de Investigação Criminal interno como também para o Sistema de Justiça que a ele recorre autonomamente, sem que os processos estejam delegados na PSP, o que significa que ao longo destes últimos anos o LCCF conseguiu implantar-se interna e externamente, dando boa nota das perícias forenses que lhe foram ordenadas.

Tal capacidade, que se verifica através das inúmeras solicitações que recebe, tem vindo a ser desempenhada sempre através de protocolos de atuação forense onde o princípio da legalidade e estrita objetividade pericial estão presentes em todos os atos formais de concretização pericial. Nenhum processo, que envolva direitos fundamentais e da reserva da vida privada das pes-

soas pode ser iniciado sem que para tal seja, previamente emanado despacho judicial ou judiciário – conforme a matéria – no sentido de proceder à respetiva perícia. Tal procedimento foi o esteio estruturante da atividade do LCCF no que concerne à realização de perícias forenses, desde o início da atividade e sempre que uma solicitação é feita, independentemente da área ou setor científico a que se destina. Somente com total transparência e legalidade pericial é que o laboratório poderá granjear respeito e credibilidade junto dos seus pares e junto das autoridades judiciárias que solicitam os seus serviços.

Como em questões de ciência forense não se poderá cristalizar e pensar que os processos estão fechados, mas sim de que a constante evolução obriga também a uma constante investigação e desenvolvimento, é nossa intenção poder realizar, nos vários setores de cientificidade, ações de investigação quanto às melhores práticas forenses, quanto aos melhores equipamentos para a sua concretização e, neste sentido, não obstante os poucos recursos humanos, estaremos sempre atentos ao que de melhor existe para podermos estar ao nível dos melhores. Certo é que, neste momento, o LCCF, nas áreas que desenvolve já se encontra ao nível do que melhor se faz quer interna quer internacionalmente.

Vamos à obra, pois esta nunca está acabada!



Projeto Phasing-out

Autores:

Rui Filipe R. M. Coelho de Moura
Superintendente, Comandante Distrital de Coimbra

Maria Fatima Lacerda A. Gomes
Psicóloga da Divisão de Psicologia da Direção Nacional da PSP

Filipa Tavares Pereira
Psicóloga da Divisão de Psicologia da Direção Nacional da PSP

INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico do Comando Distrital de Coimbra da PSP para 2019-2021 (PE CDCBR PSP 2019-2021) foi aprovado em 31 de março de 2019. Para operacionalizar a implementação do objetivo estratégico 1 - Focalizar nas Pessoas, o seu Plano Setorial “Pessoas” aborda o tema Phasing-out.

Tem-se assistido ao longo de algumas décadas ao progressivo aumento da esperança média de vida na população, assim como da sua capacidade funcional ao longo do processo de envelhecimento.

O apoio, que se torna fundamental, para os trabalhadores à medida que envelhecem, estimulando a sua mobilidade, independência e saúde, é uma das mais veementes recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Recentemente a mesma preocupação foi plasmada no Plano Nacional de Prevenção do Suicídio, da DGS/Min. Saúde (2013-2017, prolongado até 2020).

A adoção de medidas que visem a preparação de uma transição, mais que uma alteração da rotina, e que poderá constituir, per si, uma crise psicossocial de cada pessoa, constitui uma preocupação da Direção Nacional da PSP em geral, e do Comando de Coimbra, em concreto.

A pré-aposentação/aposentação dos polícias, ou a reforma dos funcionários, da PSP, pode ser uma oportunidade para a adoção de um estilo de vida mais saudável, com adoção de atividades físicas,

de lazer, passatempos, voluntariado, amizades, intensificação do convívio familiar, bem como, exercer outro trabalho contribuindo para o equilíbrio, numa dimensão biopsicossocial.

A planificação para a pré-aposentação/aposentação dos polícias, ou a reforma dos funcionários, da PSP, é, pois, fundamental para todos os cidadãos como continuidade da planificação para a vida, devendo ser estimulada.

A Professora Margarida Pedroso de Lima, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e a Professora Janes Santos Herdy, Professora Adjunta da Universidade Federal Fulminense que se encontra em pós-doutoramento na UC, em reunião de trabalho, anuíram em colaborar ativamente no projeto, designadamente no enquadramento teórico, na definição de áreas de intervenção e na avaliação do mesmo, sem custo financeiro para a PSP.

O objetivo geral do projeto é implementar um projeto-piloto para construção de um modelo de phasing-out, passível de ser replicado, pelo menos, a nível nacional na PSP. A população-alvo identificada é composta pelos polícias do Comando de Coimbra da PSP, para os quais se perspetive, a breve prazo, a passagem à condição de pré-aposentação/aposentação¹.

Em 21 de novembro de 2019, foi remetida proposta de implementação do projeto em apreço, a Sua Excelência o Diretor Nacional-Adjunto para a Unidade Orgânica de Recursos Humanos (DNARH), da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (DNPSPP).

Breve contexto teórico

Nas forças de segurança, a atividade profissional, pela missão, enquadramento hierárquico e social, foco e limitações na vida que determina, constituiu para a maioria dos seus elementos, uma dimensão maior das suas vidas, atribuindo uma identidade muito específica e consumindo uma parte muito significativa do seu tempo e recursos físicos, cognitivos e afetivos.

Phase-Out, verbo transitivo inglês, no gerúndio Phasing-Out, significa supressão progressiva.

É com base neste conceito que o corolário deste projeto assenta, ou seja, na preparação da transição de saída do ativo para uma nova fase na vida, a da pré/aposentação, com vista a uma mudança de forma evolutiva, não abrupta, e o mais adaptativa possível. É um processo contínuo, experienciado individualmente e determinado por múltiplas dimensões (individuais e sociais), de ajustamento face à saída do ativo e passagem à nova situação.

De facto, a generalidade dos estudos tem concluído que a "passagem à reforma" não é um acontecimento isolado, mas um processo faseado através do qual o indivíduo procura ajustar-se à nova condição de vida e acrescentar alguma coisa de novo à sua existência quotidiana. Serão vários os momentos vivenciados (desorientação quanto à rotina; separação emocional da anterior profissão; investimento em novas atividades; procura de soluções de ocupação regular que ofereçam níveis razoáveis de satisfação duradoura), podendo igualmente, em qualquer altura, figurar-se um desencanto com a vida atual, fruto da descoberta que o dia-a-dia está mais pobre desde que se deixou a profissão.

Em Portugal, o processo de reforma na Polícia de Segurança Pública pode ser denominado de pré-aposentação ou de aposentação², e assim como a sua carreira é específica, também esta mudança pode ser muito diferente das ocorridas noutras profissões. Ainda que muitos polícias façam a transição facilmente, a literatura atual sugere que muitos terão dificuldades com o evento. Na verdade, alguns autores sugerem que a pré/aposentação pode ser um dos eventos mais angustiantes. Muitos são os indicadores que podem contribuir para tal, nomeadamente:

- Exposição a fatores de stress durante o exercício da sua profissão;
- Problemas de saúde (física, mental e social);
- Identidade profissional e a qualidade das relações interpessoais;
- Idade e o tempo de serviço para a entrada na pré/aposentação;
- Saída abrupta para a pré/aposentação.

Estas considerações criam, portanto, a necessidade de uma boa preparação para a transição da vida laboral para a pré/aposentação. A literatura demonstra que a preparação para a pré/aposentação promove uma vivência mais positiva e satisfatória, bem como permite ajustar as expectativas acerca da mesma.

A perda dos vínculos estabelecidos ao longo da carreira (o abandono das funções, papéis, estatuto, relações com colegas, “espírito de união” e

sentimento de pertença à “família policial”) pode trazer muito desequilíbrio, inquietação e sentimento de solidão. A saída do ativo pode implicar grande ambivalência e diversidade de emoções (alegria, tristeza, medo...), vivência de ressentimentos e sentimentos de injustiça, medo do futuro, sensação de inutilidade etc., pelo que um processo de desvinculação gradual e pacificador favorecerá a construção de um futuro mais tranquilo e gratificante.





Na fase de transição, enquanto se desenrola o processo de desvinculação, importa preparar o futuro, pensar projetos, tomar decisões e lidar com emoções/sentimentos ambivalentes e contraditórios, resolvendo atitudes desadaptativas como a resistência à mudança, a passividade, o “salto no escuro” ou a “fuga para a frente”.

A integração num programa de preparação para a pré/aposentação, em grupo de pares e ainda com suporte da instituição, pode facilitar a expressão das dúvidas/ angústias e a tomada de consciência de que a permanência em plenas capacidades físicas e mentais está associada a autocuidado ao nível da saúde física e psicológica e a relações familiares e sociais gratificantes. Uma das abordagens com vista à preparação da pré/aposentação é assente numa “pedagogia ou educação para a reforma”, através da qual se pretende transmitir informações antecipadas

sobre a situação futura e possíveis dificuldades. Os efeitos positivos de uma boa Educação para a Reforma são claros no que se refere a ajudar a enfrentar e lidar com alguns problemas, nomeadamente os problemas de saúde, económicos, sociais – ou mesmo a organização global de toda a vida, uma vez que a pré/aposentação pressupõe uma “reorientação e organização de um conjunto de hábitos diários.

Um Programa de Preparação para a Pré/Aposentação (PPPA) permite que os polícias tenham um olhar no passado, com acuidade no presente, e no que é possível realizar no futuro. Além de abordar formas de lidar com as possíveis frustrações que possam ocorrer na pré/aposentação (...) a PSP ao garantir o PPPA para os seus trabalhadores contribui para a sua responsabilidade social. Ou seja, a preparação para a pré/aposentação é um processo individual, mas que depende do coletivo.

Isto é, a forma como os indivíduos avaliam e percebem os indicadores ambientais, socioeconômicos e políticos influencia positiva ou negativamente o planeamento para o futuro.

O processo de transição para a pré/aposentação será então um período que facilite, de modo gradual, o desligamento com menor mágoa/sentimento de perda e a estruturação de projetos em que a energia e os recursos do pré/aposentado possam ser investidos de forma a contribuir para o bem-estar físico, social e emocional do mesmo, e a construção de um novo sentido para a vida. No processo de transição para a pré/aposentação importa, portanto, refletir sobre a saída do ativo, fazer o luto da atividade profissional (e do que lhe está associado) e perspetivar e planificar a vida futura.

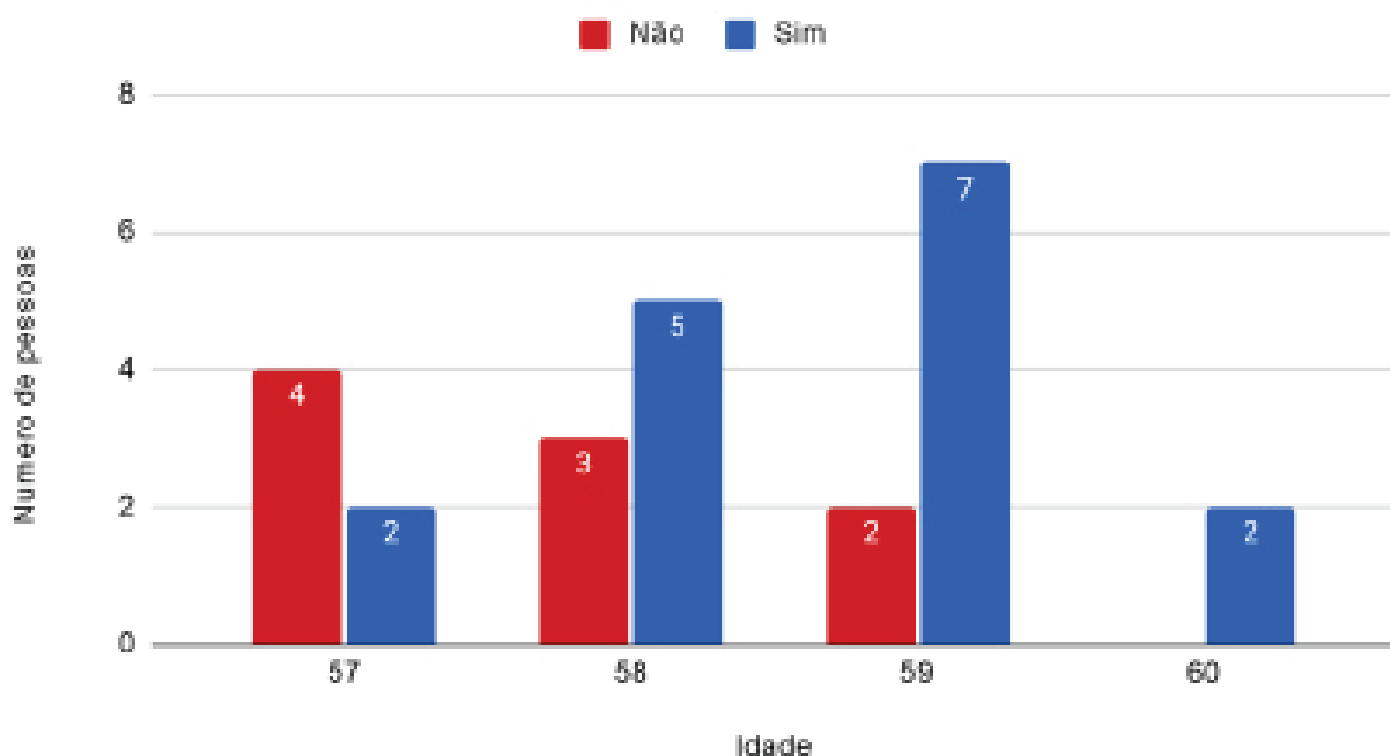
A chegada à pré/aposentação, com nova vida, liberdade na gestão do tempo, sem contingências/hierarquias, com possibilidades de concretizar projetos e desejos, e desempenhar novos papéis que o compromisso com a profissão/missão não permitiu, ainda solicitará, pelo menos numa fase inicial, o suporte da instituição e,

na continuidade, dos mecanismos e instituições/organismos de apoio aos pré/aposentados face às dificuldades de adaptação que possam surgir. Em suma, parece-nos que um projeto de transição do ativo para a pré/aposentação pode ser analisado a um nível macro, por se tratar não apenas de um processo individual, mas comunitário e organizacional, em interdependência, cujos benefícios parecem já estar consistentes na literatura científica.

Apresentação do projeto Phasing-out

O projeto tem as seguintes áreas de intervenção:

1. Expectativas em relação à saída do ativo
 - 1.1. Enquadramento jurídico
 - 1.2. Enquadramento institucional
 - 1.3. Enquadramento financeiro
 - 1.4. Enquadramento psicossocial
2. Ciclo de Vida
3. Identidade profissional e novos projetos
4. Saúde e Autocuidado
5. (Re)Construção de relações familiares e sociais
6. Gestão de tempo e Qualidade de Vida





Uma questão inicial na implementação do projeto prendeu-se com os critérios de seleção dos polícias que são abrangidos pelo projeto. Após alguma discussão, a equipa do projeto chegou ao consenso de que o único critério seria o da idade, explicitado pelo ano de nascimento. Foram identificados os polícias nascidos em 1960 e 1961, de todas as categorias. Dos polícias identificados foram excluídos os que estavam em “ausência prolongada do serviço”. O número inicial de polícias foi identificado como sendo 34.

DESENVOLVIMENTO

Sessões iniciais de apresentação do projeto

A apresentação do projeto esteve prevista para 25 de março de 2020, o que não ocorreu devido à suspensão de ações presenciais determinadas pelas regras COVID-19. A calendarização de todas as sessões, bem como o número de participantes nas mesmas, foram sendo condicionados pelas contingências associadas à pandemia.

As 2 sessões iniciais de apresentação do projeto, com carácter obrigatório, ocorreram nos dias 29 de junho e 17 de setembro de 2020, tendo estado presentes 25 elementos do efetivo.

O projeto foi apresentado em traços gerais, quanto aos objetivos, temáticas e regras de funcionamento pelo Superintendente Rui Moura, Comandante Distrital de Coimbra. Intervieram também a Professora Margarida Pedrosos de Lima da FPCE da UC, a Professora Janes Herdy, da Universidade Federal Fulminense e as Dr.ª Fátima Lacerda e Dr.ª Filipa Tavares Pereira, da Divisão de Psicologia da PSP em funções no CD de Coimbra.

No final das sessões foi solicitado a todos os participantes o preenchimento dum pequeno questionário visando recolher dados sobre os interesses e necessidades dos mesmos quanto ao processo de saída do ativo/transição para a pré-aposentação. Dos resultados destacamos as respostas à questão “Considera importante frequentar um Programa de Preparação para a Aposentação?”: 64% dos participantes responderam que sim.

Grupos de projeto e sessões

Foram formados dois grupos de participantes, voluntários, no projeto: o grupo de Coimbra com 9 elementos (embora 3 nunca tenham participado por se encontrarem de baixa médica) e o grupo da Figueira da Foz com 4 elementos.

A 1ª sessão, realizada em 26 de novembro de 2020, em Coimbra e na Figueira da Foz, abordou a temática Expectativas em relação à saída do ativo: Enquadramento jurídico, Enquadramento institucional e Enquadramento financeiro. Foi dinamizada pelos Superintendente Ricardo Matos dos Serviços Sociais da PSP, pelo Superintendente Rui Moura e pelo Intendente Rafael Dinis. Foram abordados os seguintes temas:

- . Os Serviços Sociais da PSP e os polícias na pré-aposentação;
- . Apresentação da Associação Nacional de Aposentados;
- . Apresentação da Associação Internacional de Polícia;
- . O regime da pré-aposentação e a aposentação dos polícias.

A 2ª sessão realizou-se nos dias 12 e 13 de janeiro de 2021 – Coimbra e Figueira da Foz. Abordou-se a temática Expectativas em relação à saída do ativo: Enquadramento psicossocial. Esta sessão foi dinamizada pela Dr.ª Fátima Lacerda, Psicóloga da Divisão de Psicologia da PSP a exercer funções no CD de Coimbra.

CONCLUSÃO

A preparação para a pré/aposentação de polícias experientes poderá ser, sem dúvida, um desafio para o cumprimento deste objetivo do Comando de Coimbra, com carácter humano e de responsabilidade social.

No entanto, até ao presente, foram identificadas algumas limitações, tais como a contingência atual de pandemia como constrangimento no cumprimento da calendarização, proposta em cronograma, bem como o risco de drop out ou fraca adesão grupal, tendo em conta o carácter interrupto do momento.

O projeto phasing-out foi construído com base na literatura e projetos internacionais sobre a saída do ativo das forças de segurança, mas é pioneiro em Portugal. Foi ainda informado por entrevistas/consultas a múltiplos polícias e também por conversas com diversos membros da Divisão de Psicologia da Direção Nacional da PSP.

A sua execução deverá contribuir para a afinação das metodologias mais adequadas na sua implementação e eventual disseminação. A compreensão, por parte dos polícias e da instituição, dos fatores que contribuem para tornar a transição da carreira policial para a pré/aposentação o mais suave e tranquila possível e, em associação, promover uma vida gratificante, espera-se que sejam os resultados a alcançar no futuro.

PRÓXIMOS PASSOS

Cumprindo com as regras da COVID-19, irão ser continuadas oportunamente as sessões dos grupos de 2020.

Para dar continuidade ao projeto e promover a sua melhoria e sustentabilidade organizacional, o Comando de Coimbra, apesar das restrições derivadas da COVID-19, conseguiu dar continuidade ao projeto e criou mais grupos em 2021 e 2022.

Importa ainda referir que a PSP, através da Divisão de Psicologia da Direção Nacional e do Comando de Coimbra, está, desde janeiro de 2022, a participar num projeto Erasmus +, designado PROTECT.

O projeto PROTECT aborda quatro tópicos de formação para melhorar as competências associadas à gestão do stress na operação policial, à gestão do bem-estar e à redução dos riscos psicossociais e seus impactos:

- 1.Redução do Stress de Emergência
- 2.Estratégias para o Luto Normativo
- 3.Preparação para a saída do ativo (Phasing-out)
4. Equilíbrio entre trabalho e vida pessoal

No que diz respeito aos resultados tangíveis do PROTECT pretende-se alcançar quatro programas de formação, cada um conduzindo a um Manual de Formação.

Atualmente estamos a trabalhar no tópico 3- Preparação para a saída do ativo (Phasing-out)".

NOTAS

¹ Doravante será utilizada a expressão “pré/aposentação”, para tornar indistinta a situação de cada polícia quando sai do ativo, para a pré-aposentação ou para a aposentação.

² Cfr. Artigo 108.º, do Decreto-lei n.º 243/2015, de 10 de outubro, que aprova o estatuto profissional do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública

Schellenberg, G., Turcotte, M., & Ram, B. (2005). Preparing for retirement. *Canadian Social Trends*, 78, 8-11.

Spiegel, P. E. & Shultz, K. S. (2003). The influence of preretirement planning and transferability of skills on naval officers' retirement satisfaction and adjustment. *Military Psychology*, 15(4), 285-307.

Taylor, M.A., Schultz, K.S., Spiegel, P.E., Morrison, R.E. & Greene, J. (2007). Occupational attachment and met expectations as predictors of retirement adjustment of naval officers. *Journal of Applied Social Psychology*, 37(8) 1697-1725.

Taylor-Carter, M., Cook, K. (1995). Adaptation to retirement. Role changes and psychological resources. *The Career Development Quarterly*, 44, 67-82.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Anderson, C. E. & Weber, J. A. (1993). Preretirement planning and perceptions of satisfaction among retirees. *Educational Gerontology*, 19(5). Retrieved from EBS-COhost.

Anshel, M. (2000). A conceptual model for implications for coping with stressful events in police work. *Criminal Justice and Behavior*, 27 (3). 375-400.

Bueno, B.; Vega, J. & Buz, J. (2004). Desenvolvimento Social a partir da Meia-Idade. In C. Coll, Á. Marchesi, J. Palacios et al (Eds.), *Desenvolvimento Psicológico e Educação, Psicologia Evolutiva*. Porto Alegre. Artmed.

Bullock, Karen; Garland, Jon & Coupar, Freya (2019). Police officer transitions to retirement in the United Kingdom. social identity, social support, and (in)justice.

Caudil, C. & Peak, K. (2009a). Retiring from the “Thin Blue Line”, a need for formal pre-retirement training (part one). *F.B.I. Law Enforcement Bulletin*, October 2009.

Caudil, C. & Peak, K. (2009b). Retiring from the “Thin Blue Line”, a need for formal pre-retirement training (part two). *F.B.I. Law Enforcement Bulletin*, November 2009.

Caudill, Carl B. and Peak, Kenneth J. (2009). Retiring from the “Thin Blue Line” A Need for Formal Preretirement Training

Christine Carney, Lyndel Bates and Elise Sargeant (2019) Exploring the impact of retirement on police officers wellbeing.

Dessaint, Marie-Paule (2011). Cap sur la retraite – 25 points de repère pour franchir les transitions. Flammarion.

Digliani, Jack A. (2015). Life after a Police Career. Reflections of a Police Psychologist
França, L. H. (2004). Attitudes towards retirement. A cross-cultural study between New Zealand and Brazilian executives. Department of Psychology. The University of Auckland, New Zealand.

França, Lucia Helena de Freitas Pinho (2011). Preparação para a reforma. responsabilidade individual e colectiva

McCormick, M. (2003). Resolving retirement issues for police officers. Criminal Justice Institute, University of Arkansas System. Retrieved from <http://www.cji.edu/papers/Resolving%20Retirement%20Issues%20for%20Police%20Officers.pdf>.

Ministère de la Famille l'Intégration et de la Grande Région (n.d.). Préparation à la retraite. Le gouvernement du Grand-Duché du Luxembourg

Newman, D. & Rucker-Reed, M. (2004). Police stress, state-trait anxiety, and stressors among U.S. Marshals. *Journal of Criminal Justice* 32, pp. 631-641.

Oliveira, J. H. B. (2008). *Psicologia do Envelhecimento e do Idoso*. Porto. LivPsic.
Osborne, J. W. (2005). *Essential Retirement. Psychological concerns*. Canada. Possum Press.

Pole, N., Kulkarni, M., Bernstein, A. & Kaufmann, G. (2006). Resilience in retired police officers. *Traumatology* 12(3), 207-216.

Rehm, B. (1996). Retirement. A new chapter, not the end of the story. *F.B.I. Law Enforcement Bulletin*. 65 (9).

Ricardo Pocinho, Pedro Belo, Carlos da Silva, Esperanza Navarro-Pardos & José Fernandez Muñoz (2017). Bem-estar psicológico na reforma. a importância da preparação dos trabalhadores para a transição.

Roadburg, A. (2007). *Life after policing*. Thornhill, ON. Life After Work Press.

Robicheau, Nicole M. (2004). *Law enforcement retirement. A program to prepare police for successful transition to civilian life*. (Doctoral dissertation).

Ruiz, J. & Morrow, E. (2005). Retiring the old centurion. life after a career in policing, an exploratory study. *International Journal of Public Administration* 28 (13/14), 1151-1186.

General Almeida Bruno

Autor:

Flávio dos Santos Alves
Superintendente

O brigadeiro João de Almeida Bruno, posteriormente promovido a general, foi comandante-geral da Polícia de Segurança Pública (PSP) de 04/12/1980 a 31/12/1986. Um jovem comandante-geral pois nasceu no dia 30 de julho de 1935, tendo falecido no dia 10 de agosto de 2022.

Na minha qualidade de polícia desde janeiro de 1980, conheci a ação do comandante-geral no meu trajeto profissional, mais concretamente nos postos hierárquicos de guarda, segundo-subchefe e, ainda, na situação de cadete do Curso de Formação de Oficiais de Polícia da Escola Superior de Polícia (ESP) iniciado no ano de 1984.

Sobre o comandante-geral, atrevo-me a afirmar que existiu uma PSP antes, durante e depois de Almeida Bruno, tal foi o seu relevante papel na organização policial. Também arrisco dizer que a atual PSP espelha visivelmente o seu modelo: polícia uniformizada e armada, um quadro de oficiais formados na ESP, atual Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, e concentração da implantação territorial.

Durante o seu comando foi criada, no ano de 1982, a Escola Superior de Polícia (1º curso teve início no ano letivo de 1984/5) com recrutamento e formação semelhantes à Academia Militar, destacando-se o regime de internato e a instrução militar. Já existiam e falava-se noutros modelos de formação de oficiais, nomeadamente, o recrutamento somente de polícias já titulares de licenciatura, mas esta opção foi afastada e vencida. Também, no ano de 1985, foi publicado o novo Estatuto da PSP revogando o que vigorava desde o ano de 1953. Os oficiais do Exército puderam optar pela integração no quadro de oficiais da PSP ocupando os postos de subintendente, intendente e superintendente se já ostentassem os postos de major, tenente-coronel e coronel, respetivamente.

A PSP, organismo militarizado, passou a designar-se força policial armada e uniformizada. Há, ainda, a realçar a retração do dispositivo territorial com o fecho de esquadras e postos policiais em áreas de características rurais para, em contrapartida, haver uma concentração do efetivo nas áreas urbanas, logo, nas áreas mais populosas e com mais desenvolvimento económico. Esta retração, aceite e assumida pelo comandante-geral visando um bem maior para a segurança, acarretou inconvenientes para os polícias e famílias que, com alguma insatisfação, suportaram os custos inerentes de adaptação à nova realidade do serviço policial.

Outra vertente muito visível e de notória irritação ocorreu com o surgimento e público conhecimento do associativismo/sindicalismo na PSP. O comandante-geral opôs-se-lhe com determinação e alguma discricionariedade tentando obter ganhos na vertente interna e, também, na comunicação social esgrimindo argumentos de obediência à legalidade no tocante às restrições de direitos aos polícias (Constituição da República e Lei de Defesa Nacional) e, ainda, no cumprimento de deveres contidos no regulamento disciplinar, obrigando o superior hierárquico a defender os direitos dos subordinados. Também fundamentava o seu comportamento

na classificação da PSP como organismo militarizado e com a presença de várias dezenas de oficiais das Forças Armadas em comissão de serviço. A consequência mais visível e mais penosa da sua determinação anti-associativismo foi sentida por vários polícias com aplicação de punições disciplinares.

Além do que acabo de mencionar e já num contexto distinto, ficou-me na memória ouvir falar das visitas inesperadas, regulares e casuais que o general Almeida Bruno fazia aos diversos serviços do comando-geral para presenciar o funcionamento, trocar impressões ou colher esclarecimentos. Também promovia e motivava, interna e hierarquicamente, a manifestação de opiniões sobre algo que pretendesse implementar, estando disponível para alterar, se fosse caso disso, ou, então, manter a convicção de que ia tomar a decisão acertada. Outra variável muito peculiar e sobejamente conhecida encaixava na sua gestão de imagem e de proximidade. Cada um devia ocupar o seu lugar, respeitando as distâncias sociais e os espaços físicos. Sendo o gabinete do comandante-geral situado no 1º andar com dois acessos autónomos, ele reservou, sinalizou e vedou o principal para ser utilizado pelo próprio e convidados especiais.



HISTÓRIA E CULTURA

Algumas palavras do comandante-geral ficaram registadas na revista *Polícia Portuguesa*, tendo eu selecionado a saudação de apresentação e a mensagem de despedida.

Transcrevo a saudação do início de funções:

“Ao assumir o comando da Polícia de Segurança Pública, saúdo todos quantos com dedicação e espírito de sacrifício prestam serviço em tão prestimosa Corporação, manifestando-lhes a minha total dedicação à Instituição.

Formulo sinceros votos para que todos, em conjunto, possamos continuar a honrar as tradições da Polícia de Segurança Pública, na manutenção da ordem e tranquilidade pública, na defesa da legalidade e dos direitos do cidadão”.

E a mensagem de despedida:

“Termino, a meu pedido, no próximo dia 31 de Dezembro (1986) a comissão normal de serviço na PSP, cessando assim as funções de comandante-geral.

Foram seis anos de contacto e intensa vivência com a instituição e desejo afirmar a todos quantos servem a PSP que considero ter sido uma grande honra comandar mulheres e homens que tão devotamente servem Portugal e os portugueses.

Presto pública homenagem a todos os elementos da PSP que pela causa pública ofereceram as suas vidas no altar sagrado da Pátria, convicto que a sua dádiva não foi em vão.

Aos que permanecem fiéis ao juramento de bem servir a comunidade e a causa pública desejo as maiores felicidades pessoais e profissionais, formulando votos para que a prestigiada instituição que é a PSP prossiga no caminho da renovação, sempre com os olhos postos na Pátria que serve, para bem de todos os portugueses, cumprindo e fazendo cumprir as leis com justiça e humanidade”.

Por fim, o general Almeida Bruno cumpriu uma função com história na PSP, sendo o comandante-geral que, inteligentemente e dentro do contexto social e político, mais contribuiu para a atual realidade policial. Com a ação deste general cumpriu-se um modelo de PSP abrangente, específico e identitário, com características que o diferenciam de todos os outros modelos possíveis de polícia.

SEGUREX

11 / 13 OUT. 2022

**SALÃO INTERNACIONAL DE PROTECÇÃO,
SEGURANÇA E DEFESA**

FIL
PARQUE
DAS NAÇÕES

INTERNATIONAL SAFETY, SECURITY AND
DEFENSE EXHIBITION



**SEGURANÇA ELECTRÓNICA | SEGURANÇA NO TRABALHO | SEGURANÇA PESSOAS E BENS |
PREVENÇÃO, PROTECÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO | SOCORRO E SALVAMENTO | DEFESA |
SERVIÇOS | ORGANISMOS INSTITUCIONAIS**

Segurex segurex_fil filsegurex

SEGUREX.FIL.PT

ORGANIZAÇÃO:



EM SIMULTÂNEO:



Banda Sinfónica da PSP



218 111 000

www.psp.pt

contacto@psp.pt

PSPPortugal

[policiaseguranca publica](#)

Polícia Segurança Pública

PSP_Portugal

Polícia Segurança Pública

[psp_portugal](#)